

Alô, alô, Rede Globo, natal de criança em Minas é assim:

PAU-DE-ARARA LEVA MENOR À MORTE

Pág. 12

Doze médicos envolvidos com torturas

São acusados de acobertar violência contra presos políticos e poderão perder o registro profissional do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Pág. 12

Agora, nas bancas quinta-feira em São Paulo. Às sextas-feiras, no Rio, Belo Horizonte, Brasília e outras Capitais. «Em Tempo» muda o dia de circulação para chegar mais depressa a você.

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO 2 — Nº 43 — DE 21 A 27 DE DEZEMBRO

Militares pregam uma «conciliação nacional»

PACTO DE MORTE PARA A OPOSIÇÃO

Diversos parlamentares, líderes sindicais e estudantis entrevistados por este semanário rejeitaram a oferta que faz o general Figueiredo de uma «conciliação nacional». Por exemplo: «Conciliar com o Governo hoje é um troço meio esquisito», advertiu o líder da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, Zé Pedro da Silva, arrematando que «o governo quer é amarrar a oposição». Ou seja, se as forças da oposição popular entrarem no jogo, estarão aceitando um verdadeiro pacto de morte. A alternativa apontada é a retomada com vigor da campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, «livre, soberana e democrática», que ponha fim à ditadura, iniciativa que passa por um empurrão necessário no MDB, que tem feito corpo mole. Figueiredo que se cuide! O assunto está em três páginas desta edição, 5, 6 e 7.



Henfil e o caso Aracelli

ESTES CRÍMES NA ALTA SOCIEDADE SÃO UM DESAFIO A NOSSA PERÍCIA: TEMOS QUE FAZER TUDO PRA NÃO ENCONTRAR O CRIMINOSO...



A gente também foi a Cuba

Cuba comemora, em janeiro, o 20º aniversário da Revolução Socialista, a primeira na América Latina.

Em resposta à matéria publicada anteriormente no EM TEMPO — «Eu fui ao Festival de Havana» — aqui está o relato vivo de uma visita, muito bem aproveitada, de dez dias à Ilha. Pág. 9

CHINA

O que pretendem os novos dirigentes com a política de desenvolvimento a qualquer preço? A análise das transformações por que passa a China em «As quatro modernizações»

Pág. 10

CCC nos deseja péssimo Natal

Esse amável cartão de natal foi remetido à nossa redação pelo CCC — Comando de Caça aos Comunistas, entidade pára-militar de extrema direita que já cometeu outras três violências contra este semanário, em 1978, uma delas um atentado à bomba, em Belo Horizonte. Dezenas de opositoristas que se batem pelas liberdades democráticas, em vários Estados, também receberam cartões semelhantes. Será este o verdadeiro espírito de natal, de que tanto falam por aí? Sorry, CCC, mas não vamos aceitar provocações...

O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS

DESEJA A

TIBÉRIO CAMUTO



SIMPATIZANTE, ATIVISTA DA CANALHA COMUNISTA QUE ENXOVALHA NOSSO PAÍS, UM PÉSSIMO NATAL E QUE SE REALIZE NO ANO DE 1979 NOSSO CONFRONTO FINAL.

SÃO PAULO, DEZEMBRO 78

CCC

Remetente EVARISTO ASNO
Endereço RUA VLADO, 24
.....
..... CAÇADOR - SÃO PAULO

Cassados seis mil bancários

A denúncia é da Oposição Bancária do Rio, ao referir-se à anulação das recentes eleições no Sindicato, pela DRT.

Pág. 3

Dez horas de tensão: greve no gasômetro do Rio.

Pág. 3

Continua a luta pela libertação de Flávia Schilling

A população de Porto Alegre, num excepcional esforço coletivo, já reuniu um terço (cerca de 100 mil cruzeiros) da quantia necessária para pagar a "hospedagem" de Flávia Schilling nas prisões uruguais. A solidariedade se manifestou de maneira rápida e efetiva, apesar dos protestos que causou a exigência do governo uruguaio.

Depois de 4 dias de coleta pelas ruas de Porto Alegre, Décio Freitas e os dirigentes do Comitê Brasileiro pela Anistia — seção Rio Grande do Sul, já estavam certos de que a quantia exigida não seria um obstáculo à libertação de Flávia. Principalmente, levando-se em conta o apoio de outras capitais como Minas Gerais, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

A coleta começou no dia 11, por ocasião da comemoração

de 30º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem. Cuidadosos com a ordem pública, os policiais apressaram-se em proibir a coleta nas ruas, chegando até mesmo a agredir alguns dos participantes do CBA. Entretanto, os deputados agiram rápido, intervindo junto à Secretaria da Segurança para garantir a continuidade da coleta e prevenir a repressão.

Deputados, tanto da Arena como do MDB denunciaram a escandalosa exigência do Governo uruguaio na Assembleia Legislativa. Na Câmara Municipal, o vereador Antônio Candido se pronunciou: «É fácil para uma ditadura usurpar e pedir 15 mil dólares para pagar a casa de alguém que dormiu nos cárceres e remunerar os torturadores que a torturaram. Entretanto, precisamos

de juntar este dinheiro para libertar alguém que se interessa pelos seus semelhantes, alguém que se incomodou e tem lutado contra as ditaduras do Cone Sul da América Latina».

Infelizmente, a liberdade da Flávia não depende apenas desses 15 mil dólares. Se assim fosse, com a colaboração do povo gaúcho ela já estaria há muito tempo, em liberdade. Quem vai decidir é o Conselho Nacional de Segurança do Uruguai, que só cederá se o Governo brasileiro exigir. Pelas informações do advogado Décio Freitas, o Governo brasileiro não tomou, entretanto nenhuma medida em favor dessa brasileira, há 6 anos detida no Uruguai.

Por isso é preciso mobilização por Flávia para obrigar o Governo a exigir sua libertação.

Avaliando o percurso da Convergência Socialista

Passado quase um ano do lançamento público da Convergência Socialista, em janeiro deste ano, poderemos concordar que somente em parte ela concretizou seu objetivo inicial: ser um centro de nucleação de Socialistas, através de um debate comum, discussões e troca de experiências.

Seu crescimento relativamente grande, que mostra que a proposta surgiu no momento propício. Entretanto, a Convergência hoje sente uma defasagem bastante grande entre sua proposta e sua capacidade de organizar a Convergência nacionalmente. Seu coordenador nacional, Júlio Tavares, afirma «aparecem núcleos em vários locais e não temos condições de organizá-los. Essa defasagem foi se impondo e com nossas prisões ela aumentou».

Principalmente, do sul; São Paulo, Minas Gerais, juntamente com a Convergência, poderemos iniciar o núcleo fundamental do partido socialista; a sua espinha dorsal».

Foi nas eleições, entretanto que a Convergência com a decisão de apoiar somente os candidatos operários com programas classistas ou candidatos que assumissem explicitamente o socialismo caiu num certo esquecimento. A proposta, claramente inviável a nível nacional, cedeu lugar, em várias regiões, ao voto nulo. Isto levou o movimento a um certo isolamento se bem que de acordo com o seu coordenador, o único desvio à esquerda foi a grande ênfase que deram ao socialismo em detrimento das reivindicações mais classistas (econômicas). «Nós acabamos dando muito mais ênfase ao polo socialista, quando deveríamos ter dado mais ênfase ao polo classista, durante a campanha eleitoral». Discordando da hipótese de isolamento ele afirma que «a nossa participação nas eleições serviram para nos estruturarmos mais. Hoje a Convergência está muito mais estruturada que em agosto, durante a nossa convenção, apesar das prisões».

A Convenção do Setor Jovem do MDB gaúcho

A 7ª Convenção Estadual do Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul ocorreu no último dia 16, constituindo-se num verdadeiro balão de ensaio do debate que toma conta da oposição gaúcha.

Além do grande número de convencionais — foi a maior Convenção do Setor Jovem Estadual até hoje —, o encontro caracterizou-se pelo confronto claro das várias correntes que compõem o MDB gaúcho. O objetivo central da Convenção era renovar o Conselho Político, órgão de deliberação máximo do Setor Jovem, e atualizar a Carta-Programa que orienta a intervenção do organismo na atual conjuntura.

As três posições matizaram nitidamente a discussão: o «Movimento Trabalhista», a «Tendência Socialista» e a «Unidade Democrática», que não se corporificou numa tendência explícita mas agrupou as várias correntes que defendem aquilo que seria o «socialismo» dentro do partido, ou seja, as posições da direção regional do Setor Jovem e do próprio MDB.

As três posições defendem a manutenção da «frente das oposições» entendendo que é necessário manter a unidade da oposição numa conjuntura onde a relação de forças ainda é favorável ao regime militar. Nuances significati-

vas, porém, distinguem o «socialismo» das demais correntes. O «Movimento Trabalhista» propõe a criação de um movimento trabalhista que possa desembocar na construção de um partido realmente popular, democrático que porte em seu horizonte o socialismo». A «Tendência Socialista», defende «um movimento socialista que se estruture a nível nacional, combinando o trabalho parlamentar e o da «frente das oposições» com a sua implantação nas classes trabalhadoras tarefas prioritárias para a oposição socialista...». O «socialismo» defende, pura e simplesmente, a manutenção da «frente emedebista». Diz, a «Unidade Democrática»: «criar mais partidos não foi, nem é a tarefa principal das oposições. Ao contrário, cumpre manter a frente, pondo empenho na depuração do adesismo e no fortalecimento das lutas das oposições consequentes». Isto é, posição idêntica à da direção regional do partido: não matizar organicamente as várias tendências no interior do MDB.

Sem confiar na «maioria silenciosa» que lhe garantiria respaldo, os defensores da atual direção regional do Setor Jovem tudo fizeram para impedir a discussão e a deliberação de uma nova Carta-Programa para o organismo.

Como paralelo ao debate, já transcorria a votação dos convencionais, a alternativa encontrada foi o compromisso de uma nova Convenção Extraordinária no dia 4 de março de 1979, com uma pauta específica: debate e aprovação de uma nova Carta-Programa para o Setor Jovem Estadual do MDB gaúcho.

Por outro lado, mesmo a aglutinação dos socialistas em torno da Convergência não parece ter dado muito a contento pois esta acabou se distanciando tanto dos socialistas que hoje gravitam em torno da proposta de Almino Afonso, quanto dos socialistas aglutinados na Tendência Socialista do MDB gaúcho Segundo Júlio Tavares estes são os casos negativos, mas muita gente se aglutinou em torno da Convergência, principalmente setores operários. Acreditamos não ter muitas divergências em relação aos companheiros do Rio Grande do Sul. Deve haver um esforço nosso e dos companheiros do sul para uma unidade. O mesmo acontece com os socialistas de São Paulo. Se houver a união dos socialis-

Movimento Socialista

A primeira parte dos debates foi dominada totalmente por 2 temas: rearticulação partidária e resposta da oposição na conjuntura pós eleitoral.

Três posições matizaram nitidamente a discussão: o «Movimento Trabalhista», a «Tendência Socialista» e a «Unidade Democrática», que não se corporificou numa tendência explícita mas agrupou as várias correntes que defendem aquilo que seria o «socialismo» dentro do partido, ou seja, as posições da direção regional do Setor Jovem e do próprio MDB.

As três posições defendem a manutenção da «frente das oposições» entendendo que é necessário manter a unidade da oposição numa conjuntura onde a relação de forças ainda é favorável ao regime militar. Nuances significati-

vas, porém, distinguem o «socialismo» das demais correntes. O «Movimento Trabalhista» propõe a criação de um movimento trabalhista que possa desembocar na construção de um partido realmente popular, democrático que porte em seu horizonte o socialismo». A «Tendência Socialista», defende «um movimento socialista que se estruture a nível nacional, combinando o trabalho parlamentar e o da «frente das oposições» com a sua implantação nas classes trabalhadoras tarefas prioritárias para a oposição socialista...». O «socialismo» defende, pura e simplesmente, a manutenção da «frente emedebista». Diz, a «Unidade Democrática»: «criar mais partidos não foi, nem é a tarefa principal das oposições. Ao contrário, cumpre manter a frente, pondo empenho na depuração do adesismo e no fortalecimento das lutas das oposições consequentes». Isto é, posição idêntica à da direção regional do partido: não matizar organicamente as várias tendências no interior do MDB.

Assim, o novo Conselho Político ficou com a seguinte composição: chapa «Unidade Democrática» (situação) elegeu 17 conselheiros correspondentes aos 150 votos que obteve, a «Tendência Socialista» colocou 10 conselheiros através do voto de 90 delegados convencionais e o «Movimento Trabalhista» apenas 3 conselheiros, representando o voto de 23 convencionais.

União dos socialistas

Por outro lado, mesmo a aglutinação dos socialistas em torno da Convergência não parece ter dado muito a contento pois esta acabou se distanciando tanto dos socialistas que hoje gravitam em torno da proposta de Almino Afonso, quanto dos socialistas aglutinados na Tendência Socialista do MDB gaúcho Segundo Júlio Tavares estes são os casos negativos, mas muita gente se aglutinou em torno da Convergência, principalmente setores operários. Acreditamos não ter muitas divergências em relação aos companheiros do Rio Grande do Sul. Deve haver um esforço nosso e dos companheiros do sul para uma unidade. O mesmo acontece com os socialistas de São Paulo. Se houver a união dos socialis-

Sangue Novo na Poesia

Com o objetivo de divulgar a poesia por todos os meios e a baixo custo, o Grupo Sangue Novo, de São Paulo, lançou o *Mural de Poesia* nº 2, reunindo os poetas Edmundo Costa, Roca Paolotti, Pedro Costa Jr., Lúcia Villares, Antonio Carlos Lucena, Carlos Takahata, Frederico e Paulo Drummond, Carlos Al Salim, Paulo Deo e Mateus Domingues.

Além dessa publicação o grupo tem outros projetos: o lançamento do *Poema do Poste*, uma coletânea de poemas inéditos, que será pregada nos postes, da cidade de São Paulo.

Em março o grupo lançará também a revista de poesia *Mão-de-Obra*, com tiragem inicial de 10 mil exemplares e circulação nacional.

Quem desejar algum contato com o Grupo Sangue Novo, escreva para a rua Conselheiro Ramalho 55, apto. 1, Bela Vista, São Paulo.

GERAIS



A grande ajuda das multinacionais na dívida externa

Para instalar no Nordeste uma fábrica de produtos eletrônicos, a Phillips do Brasil, multinacional com sede na Holanda, utilizou parcelas de impostos que o governo brasileiro deixa de receber dos contribuintes, (incentivos fiscais), para que sejam canalizados para regiões ou setores da economia considerados prioritários. Toda a produção da fábrica da Phillips no Nordeste é destinada à exportação. Para isso, o governo brasileiro concede adicionalmente à empresa incentivos especiais: isenções do pagamento do ICM e do IPI, entre outros.

A instalação da fábrica e os subsídios concedidos à exportação da produção fazem parte do programa «exportar é o que importa».

No entanto, acaba de ser revelado que a Phillips desobedeceu ao programa e deu nó górdio na trama da balança comercial. Descobriu-se que empresas do grupo Phillips

sedeadas em São Paulo importam da Holanda produtos que a fábrica nordestina da Phillips exportar para aquele país. Nessa viagem ultramarina e com retorno lucrativo ao porto seguro do Brasil, os preços vêm à vela soltas. Por exemplo: capacitadores exportados a 1 dólar da Holanda, vêm de lá para cá custando 12 dólares.

Ao publicarem essa notícia, os jornais brasileiros mostraram uma lista com as 50 maiores empresas importadoras do País. A Phillips ocupa lugar de honra no listão.

Dentre as 50 empresas que mais importaram no período de janeiro a setembro de 78, 27 são estrangeiras. O valor exportado por estas 27 empresas no período mencionado foi de 650 milhões de dólares, bem menos que as importações que elas realizaram: 1 bilhão e 130 milhões de dólares. O déficit

da balança comercial dessas empresas chega, portanto, a 490 milhões de dólares, o que corresponde a 70% do déficit da balança comercial do País, pois entre janeiro e setembro de 78 esse déficit foi de 676 milhões de dólares. Mais que isto: o valor das importações dessas 27 empresas estrangeiras nos nove primeiros meses de 78 corresponde a 38% dos gastos do país em compra de petróleo no exterior nesse mesmo período (3 bilhões de dólares).

Somando-se a isso as remessas de lucros realizadas pelas filiais para suas matrizes, os pagamentos de assistência técnica, royalties, etc e os juros e amortizações da dívida contraída por essas empresas no exterior, fica fácil entender como o saldo negativo nas contas externas do Brasil é onerado muito mais pelo peso do capital monopolista internacional na economia brasileira que pelo preço do petróleo. **Afonso Borges**

Encontro dos petroleiros em Minas Gerais

Os petroleiros do Brasil já começaram a organizar o seu leoduto sindical.

No último dia 6, com a presença dos presidentes de 11 sindicatos de petroleiros de todo o país, foi realizado em Belo Horizonte, um encontro nacional de sindicatos de petroleiros.

Estiveram presentes os sindicatos de Cubatão, Campinas, Mauá, Caxias, Rio Grande do Sul, Sindi Química e Betim.

Do encontro saiu uma pauta com várias reivindicações a serem encaminhadas à Petrobrás.

1. Realizar o III ENASP Encontro Nacional de Advogados Sindicais do Petróleo em janeiro de 79, no Rio de Janeiro; 2. Organizar a campanha de aumento salarial de 20% em março, fora da época do dissídio, lutar pelo não desconto do adiantamento concedido pela empresa na participação dos lu-

ros, o adiantamento concedido em abril foi descontado no aumento de setembro) e por último, a reposição relativa à manipulação errada dos índices de aumento salarial em 1973.

Após a reunião de Belo Horizonte, os presidentes dos SINDIPETROS de Cubatão, Campinas, Mauá e Caxias, articuladores da ala autêntica dos petroleiros, lançaram a seguinte nota de apoio à chapa 1 que disputa as eleições para a diretoria do SINDIPETRO de Minas Gerais. «Em decorrência das eleições para o SINDIPETRO/MG, em 11.12.78, nós, presidente dos SINDIPETROS de Cubatão, Campinas, Mauá e Sindi Química de Caxias/Rio, estamos de acordo com o programa da Chapa 1, acreditando que este será o quinto sindicato a integrar muito breve, a ala autêntica dos SINDIPETROS do Brasil».

Os resultados das urnas foram de 611 associados em

condições de votar, 504 compareceram.

A Chapa 1 obteve 289 votos (mais de 50% dos votos apurados) e as chapas 2 e 3, 117 e 90 votos respectivamente.

Houve 3 votos nulos e 5 brancos.

Pela lei, a chapa 1 precisava de 306 votos metade mais um voto, ou maioria absoluta em relação aos eleitores em condições de votar. Falaram 17 votos para a vitória.

O segundo turno será no dia 26/12 e dessa vez, quem tiver maioria simples, leva.

A Chapa 1, integrada por Wagner Benevides, Luis Carlos da Mota, João Roberto Rezende Pinto, Maurício Guimarães de Oliveira, João Mendes, Jamil de Lima e Djalma Ramos, se dispôs a participar de um debate com a chapa 2, conforme a sugestão encaminhada às chapas pelo jornal Em Tempo.

A chapa 2 não topou a para-

EM TEMPO:

Até quando?

PREÇOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES

DEVASSA NA PETROQUÍMICA

GOVERNO ACOBERTA TERROR

O semanário nacional EM TEMPO coloca à venda os mais valorizados títulos de leitor: assinaturas do jornal.

Comprando o título, ou seja, fazendo a assinatura, você recebe toda semana um jornal comprometido, como você, na luta pelas liberdades democráticas. E faz uma economia de Cr\$280,00. Ao fazer sua assinatura anual, você ainda recebe grátis um livro. Escolha entre os títulos abaixo o livro que você deseja ganhar:

- 1- "MEMORIAL DE IDEIAS POLÍTICAS" — Edgard da Mata-Machado
- 2- "AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE" — Francisco Fonseca
- 3- "PEDRO" (infantil) — Bartolomeu Quirós e Sara Ávila
- 4- "GUERRILHAS D'AMOR" — Sérgio Gama
- 5- CADERNOS DO PRESENTE I: "Economia Política Brasileira em Questão" — Guido Mântega e Maria Moraes.
- 6- CADERNOS DO PRESENTE II: "Greves Operárias — 1968/78" — Vários autores
- 7- "EUROCOMUNISMO X LENINISMO" — Coleção Polêmica — Vários autores

Faça hoje mesmo sua assinatura e dê outras a seus amigos neste Natal.

EM TEMPO é um presente inteligente e combativo.

Faça aqui sua assinatura e economize Cr\$ 280,00

Design fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$150,00

Livro escolhido: 1 2 3 4 5 6

Design fazer assinatura semestral de EM TEMPO e receber 26 exemplares por apenas Cr\$250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e coloque no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito de forma que lhe convier (vale postal, cheque compensado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

Dê em tempo de presente neste natal e economize mais cr\$ 280,00

Design presentear uma assinatura anual de EM TEMPO: 52 exemplares por apenas Cr\$150,00

Livro escolhido: 1 2 3 4 5 6

Design presentear uma assinatura semestral de EM TEMPO: 26 exemplares por apenas Cr\$250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e coloque no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito de forma que lhe convier (vale postal, cheque compensado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kahl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Flávia Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente)

Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Ali, Wilson Prudente. Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-

ro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marneide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Fausto Aguiar (coordenador), Antônio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kahl, Ivá d'orez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Bete Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martine (ilustração), Ennio Bruns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quirós, Silvestre Prado, Valdeir de Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

Flávia Siqueira, João Rodrigues Soares, Luís Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife**: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scastrut, Alira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 — sala 408): Adauto Naves, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Cláudio Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Orlando Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Azeite, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adélmo Oliveira, João Henrique, Antonio D'as, Emiliano José, Dalton Gouinno, Odauc Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Aracaju** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos Natal (RN), Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos de Jesus Varella. **Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhaigh, Luis Altonio Marcondes Picolina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adélmo Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP. 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

TRIBUNA

Tá todo mundo enrolando?

Tem muita gente falando em derrubar a estrutura sindical e fazer um sindicalismo livre.

Mas na prática, por exemplo, pouca gente está fazendo. A diretoria do Sindicato de Osasco está obstruindo a participação de trabalhadores combativos.

José Pedro da Silva (*)

O que é lutar para derrubar a estrutura sindical e fazer um sindicalismo livre? Tem várias maneiras de luta mas todas tem que visar a conscientização e politização dos trabalhadores e organizar as bases. E tem muita gente falando disto mas na prática pouca gente está fazendo. É o caso do Sindicato de Osasco, onde os diretores agora estão dando uma de «auténticos» mas na prática estão fazendo o contrário. Vou citar um exemplo.

Primeiro foi no Congresso da CNTI, — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, onde apesar do Sindicato ter tomado uma postura boa, no entanto, não discutiu antes com a categoria. Esta só ficou sabendo depois do Congresso. A categoria foi chamada para discutir as resoluções do Congresso. Mesmo sem ter mais poder de decidir nada, nós da Oposição, fizemos-nos presente nesta Assembléia dando nossa contribuição e fazendo a crítica da maneira como estão levando as coisas no Sindicato.

Depois deste acontecimento, a diretoria teve algumas posturas boas como no caso do Movimento do Custo de Vida, da greve dos professores, do apoio aos bancários em Osasco. E a postura na greve de outubro até a penúltima Assembléia.

Mas já na última Assembléia começaram a ter uma postura ruim não cumprindo aquilo que tinham assumido no começo da campanha que era abrir o Sindicato para sócios e não sócios. A última Assembléia o Henos roeu a corda e não deixou participar o pessoal que não é sócio ou que estava com as mensalidades atrasadas. Muitos inclusive, por estarem demitidos por motivo de participação nas greves do mês de junho. Os companheiros combativos que se destacaram, agora estão impedidos de falar e de votar nas Assembléias do Sindicato e até de pedir esclarecimentos.

E agora, para nossa surpresa, fomos convocados para uma Assembléia no dia 8 de dezembro, para tratar da questão do Congresso Estadual dos Metalúrgicos que será realizado em Lins em janeiro promovido pela Federação. Esta Assembléia tinha pouco mais de 50 pessoas, incluindo a diretoria. Isto prova que o Sindicato está desprestigiado, mas mesmo assim a dire-

toria não se toca que tem que dar mais abertura e ser mais democrática no trato das questões.

Nesta Assembléia, todos os companheiros que eram sócios mas que estavam desempregados há mais de 3 meses foram novamente impedidos de participar. No entender da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco esta é a hora em que o operário tem que receber o maior apoio do Sindicato porque no momento que eles arrumarem emprego voltarão correndo para acertarem suas mensalidades e vão dar todo o apoio à diretoria na luta contra a estrutura sindical e contra o arrocho e em mais e mais atividades efetivas no movimento operário.

Nesta mesma Assembléia a diretoria deu mais uma prova de que está recusando, demonstrando que está muito mais atrás da Federação dos Metalúrgicos, que preparou o regimento do Congresso, dando possibilidade para a participação de até 20 membros por Sindicato com direito a palavra e voto. Mas a diretoria do Sindicato de Osasco fechou questão em levar só 8 pessoas alegando economia de dinheiro, e que era preferível ter menos gente e mais qualidade. Do contrário, corria-se o risco dos companheiros que fossem, perderem o emprego. E poderiam ir pessoas somente para pescar ou pensar em farra — coisa incrível!

Deste jeito, seu Henos Amorina, a diretoria não está querendo unidade com a oposição. No dia que vocês tomarem posse, a Oposição colocou que se vocês levassem a sério o programa da categoria dentro de uma prática democrática e combativa nós estaríamos fazendo a unidade na prática com vocês. Mas do jeito que vocês estão fazendo não dá. Quando a gente pede participação dos não sócios, vocês alegam que o estatuto do Sindicato proíbe. Mas por acaso este estatuto não é fruto da estrutura sindical? A menos que vocês queiram continuar com ela...

É muito fácil alguém dizer que é «auténtico», mas...

(*) Metalúrgico, caldeireiro da firma Brown Boveri em Osasco. Ex-vice presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, na gestão anterior. Concorreu este ano como candidato a presidente da entidade, encabeçando a chapa de Oposição Sindical, organismo do qual é um dos líderes.

Advogado quer jogar no lixo o fascismo sindical

Mussolini e Getúlio Vargas que se cuidem: o jurista Evaristo Moraes Filho elaborou o primeiro anteprojeto completo de reorganização da legislação sindical brasileira, copiada em 1943 da Carta Del Lavoro italiana.

A discussão em torno da elaboração de um novo modelo de organização para os sindicatos brasileiros, que elimine de vez a influência fascista herdada do Estado Novo e assegure completa autonomia e liberdade para as entidades, começa a esquentar nos debates e encontros sindicais. Enquanto o Governo tenta esfriar a questão e elabora projetos que visam a manter seu poder de controle e intervenção, sob a máscara da abertura, a XI Convenção Nacional dos Bancários, realizada em Araxá, aprovou o primeiro anteprojeto completo de reorganização sindical, de autoria do advogado Evaristo de Moraes Filho, que se propõe a substituir todo o capítulo VII da CLT.

O anteprojeto, remetido agora para discussão nas bases, elimina sumariamente todos os resíduos corporativos, traduzidos da Carta Del Lavoro, de Mussolini, e que ainda permanecem em vigor na legislação brasileira: o enquadramento sindical; a contribuição sindical obrigatória; a intervenção ministerial no sindicato; a dissolução da entidade por via administrativa; o livre acesso de assistente sindical nas assembleias; o atestado negativo de ideologia.

Destaca o advogado Evaristo de Moraes Filho que uma legislação elaborada para um modelo e um regime de sociedade e de Estado corporativo-fascistas, fortalecida a partir de 1964, não pode subsistir numa sociedade e num Estado que pretendem ser livres e democráticos. Não há democracia possível sem liberdade sindical, sem livre e autônoma organização das forças produtivas, em quaisquer das suas manifestações.

O sindicato único

O anteprojeto aprovado no Congresso dos Bancários mantém o regime de sindicato único, mas para evitar sua transformação num órgão não representativo e antidemocrático permite que qualquer associação profissional possa vir a substituí-lo, caso prove ser mais representativa do que ele.

Segundo Evaristo de Moraes, com a contribuição compulsória somente a favor do sindicato já reconhecido, sem que dela participe a associação, a distância entre as duas entidades tende a se tornar cada vez maior «Ocorre ainda que no regime atual o pluralismo de associações é estático e estanque, porque uma vez reconhecido

o sindicato único nunca mais poderá ser substituído por qualquer associação. No nosso projeto mantém-se viva a emulação entre sindicato reconhecido e associações, num dinamismo constantes».

Outro ponto considerado fundamental pelo advogado para a existência de uma verdadeira autonomia sindical é a revogação da contribuição compulsória: «o chamado poder tributário dos sindicatos, como o defendia e pregava Oliveira Viana, é um mito, pois tal poder fica inteiramente na órbita do Governo, que fixa o montante da contribuição cobra-a e a distribui às entidades, ficando com 20% para os seus cofres, na conta especial de Emprego e Salário» (Art. 569, IV da CLT).

Em sua opinião, os sindicatos brasileiros vivem do artificialismo desta contribuição, sem espírito de luta nem de catequeses, salvo raras exceções: sindicato ao contrário é escola de luta e de abnegação, nunca de subserviência nem de liderança artificial e falsa, o que esta contribuição estimula, porque vicia, acomoda e amortece.

Quebra das amarras

O terceiro ponto chave do anteprojeto de reorganização sindical é o que acaba com o enquadramento sindical. Em nenhuma parte do mundo, diz Evaristo de Moraes Filho, existe o enquadramento sindical prévio, como entre nós. Este enquadramento nada mais é do que a prévia organização corporativa, horizontal, instituída pela Carta de 37 (Arts. 57 e 140). Ao final deste modelo de organização desembocam as confederações, duas a duas, que sob a forma de coordenação e cooperação funcionam como órgãos oficiais do Estado no chamado sindicalismo vertical, à maneira do fascismo e do franquismo espanhol, ambos já extintos e desaparecidos mas em vigor no Brasil.

O anteprojeto aprovado na Convenção dos Bancários não pretende esgotar a questão, mas servir como ponto de partida para que, com a quebra das amarras que prendem as entidades sindicais ao Governo, a discussão se aprofunde nas sugestões apareçam em função da experiência já adquirida e da maior participação das bases. O que é importante, segundo o seu autor, é coragem para iniciar vida nova, sem paternalismos nem oficialismos de espécie alguma.

Fim da contribuição obrigatória

Além de permitir a sindicalização dos funcionários públicos e de empresas paraestatais, de acabar com o poder de interferência administrativa do Ministério do Trabalho nos sindicatos e de reforçar o poder das assembleias-gerais como instância maior de decisão o anteprojeto extingue gradativamente a contribuição sindical compulsória.

Numa primeira etapa, a contribuição deixará de ser paga pelos associados quites e pelos que vierem a ingressar no sindicato. A partir da entrada em vigor da Lei, a contribuição compulsória será gradualmente reduzida na base de 1/3 por ano, até ser inteiramente extinta no prazo de três anos.

Outra mudança proposta é a de que das penalidades impostas aos sindicatos por infração à legislação somente as multas serão da competência da autoridade administrativa, dependendo as demais «de prévia sentença judicial assegurada, em qualquer caso, ampla defesa do acusado». No caso de administração ser distituida, ao invés da intervenção pura e simples como ocorre hoje, o ministro do Trabalho terá que submeter a plebiscito dos associados da entidade o nome de um delegado ou de uma comissão para dirigi-la e proceder, dentro do prazo de 90 dias, em assembleia geral especialmente convocada, a eleição dos novos dirigentes e membros do Conselho Fiscal.

Também é reitrado do ministério do Trabalho o poder de dissolver ou cancelar o registro da entidade sindical quando da cassação da carta de reconhecimento. Estes atos terão que se processar de acordo com as disposições de lei que regulam a dissolução das associações civis.

O anteprojeto amplia o conceito de sindicato, ao permitir que «todos quanto exerçam atividade ou profissões idênticas, similares ou conexas, podem associar-se em sindicato, para defesa dos seus direitos e interesses econômicos e profissionais» e torna o estatuto o principal instrumento regulador de suas atividades não mais o Governo através do Ministério do Trabalho «observadas as normas imperativas» o sindicato gozará da mais ampla autonomia e liberdade, regendo-se em tudo o mais pelos seus estatutos.

TENSÃO

Dez horas de greve no gasômetro do Rio. Operários de uma indústria enquadrada na área de segurança nacional cruzam os braços e ganham a parada contra o Governo.

“A fome é nosso comandante”

Alvaro Caidas

Na Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro trabalharam cerca de 2.300 operários, quase dois mil concentrados no gasômetro, na Avenida Brasil, pertinho da estação rodoviária. 90% deles ganham salários, em média, de pouco mais que Cr\$ 2.500,00. Há três meses, desde agosto, esse pessoal vem reivindicando o mesmo aumento que os empregados da Light já receberam: 20% sobre os vencimentos de setembro.

As negociações diretas levadas pelo Sindicato — o mesmo para ambas as categorias, luz e gás — não davam resultado algum. Maurício Rangel, presidente da entidade, participou de três mesas-redondas na Delegacia Regional do Trabalho, manteve contatos oficiais com o secretário de Obras do Estado, Hugo de Matos, fora os encontros eventuais, em que o assunto era sempre tocado.

Seu testemunho é preciso: «Desde agosto eu já presidi oito assembleias dos operários do gás. Quando a greve estourou, o delegado me chamou e disse que eu precisava procurar os operários e negociar. Mas negociar o que, eu perguntei: todos nós sabemos o que eles querem, o Sindicato é apenas porta-voz, eu não vou lá, não, não sem ter algo, as autoridades é que tem de ceder.»

Logo às primeiras horas da segunda-feira 1.800 operários do gasômetro estavam cientes do que tinham a fazer. Por deliberação deles próprios, resolveram dispensar de participar da greve os 800 diretamente ligados à produção do gás e seu bombeamento: «Não queremos que a população, neste primeiro passo que damos, se sinta prejudicada. Nossa pressão deve ser exclusivamente sobre as autoridades que estão de conversa mole pra cima de nós.»

Desde a madrugada, nos arredores do gasômetro, em todos os postes, cartazes anunciavam que o dia e a hora haviam chegado. Era o comando da «comissão». Sobre ela, embora todos os operários reconhecessem sua autoridade, ninguém quis falar. Maurício Rangel também nada pode esclarecer: «fui tomado de surpresa pelo movimento, hoje de manhã, embora já esperasse por alguma coisa assim há muito tempo. A cada assembleia eu sentia que o ânimo do pessoal estava fervendo. Não sei dessa comissão, não, mas acho natural que as bases se organizem, é prova de maturidade do pessoal.»

Na DRT, a reunião para a qual foi convocado até o presidente da Federação Nacional dos trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Luiz Gonzaga de Miranda, também conhecido como «Mirandão», começou às 10 h da manhã. Enquanto isso, no gasômetro, medidores, caldearia, carpintaria, motoristas, mecânicos e pedreiros, permaneciam desde às 6 horas da manhã sem fazer nada, absolutamente nada! A imprensa era mantida distante, «segundo ordens superiores», informavam os homens da segurança.

Na DRT, segundo testemunho prestado por Maurício Rangel, mais tarde, em entrevista coletiva à imprensa, a tensão crescia. Luiz Carlos de Brito, sucessivamente, ligava para o presidente da empresa do gás, Roberto Silveira, para o secretário de Obras; para o governador Faria Lima; para o próprio Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, com quem deveria encontrar-se numa solenidade à noite, e que queria tudo resolvido até então. De um para o outro o papo ia correndo, sem solução. Rangel participava indiretamente, sempre sustentando sua posição: «Só posso dialogar com os empregados se tiver algo de concreto, eles não querem mais papo, não, querem é os 20% independentemente do ajuste do próximo dissídio.»

Na sede do Sindicato, o procurador da entidade, Lélcio Gomes de Medeiros, prestava declarações, historiando o movimento. «Todas as reivindicações na área deste Sindicato são feitas de comum acordo com o pessoal da Light.

Houve um acordo entre os empregados e dirigentes da Light, fixando um aumento real de 15%. Quanto aos operários do gás, até agora, eles estão a ver navios. O Faria Lima não se pronunciou ainda, dizem os dirigentes da empresa. O Conselho Interministerial de Preços não se pronunciou ainda. O ministro Simonsen acha que pode dar aumento, que a decisão cabe ao Faria Lima, mas que terá de ser sem compensação de aumento de tarifas, e por aí afóra...»

Na porta do gasômetro fala um operário grevista: «Isso já se arrasta há meses. A companhia está enrolando a gente, chegou no ponto em que a turma não aguenta mais, entendeu? A CEG nos disse que tinha uma surpresa para o fim do ano. Nós esperamos a surpresa para o dia do pagamento do 13º salário. Não veio surpresa. Bom, aí chegou hoje, nós é que fizemos a surpresa!».

Afinal, às 15h30m o governo cedeu. O que não deu em quase quatro meses de paciente diálogo, ou monólogo, foi obrigado a entregar em menos de 1 hora de luta. A esta hora circulou a nota oficial da empresa: «Considerando a possível demora nos entendimentos entre o governo do Estado e as autoridades federais com relação à elevação das tarifas de gás, a direção da CEG comunica aos funcionários que pagará no próximo dia 22 de dezembro um abono de 15%, contados a partir de 1º de setembro, sobre os salários-base vigentes naquela época, até o teto máximo de Cr\$ 1.000,00 por mês para cada empregado.»

Em português claro: abriram as pernas! Desde a uma hora da tarde, também o setor de produção havia aderido à greve: a coisa estava ficando cada vez mais preta! O secretário de Obras foi até o gasômetro, mais o presidente da empresa, e garantiu: «Fiquem tranquilos que o governador banca a parada mesmo que o CIP negue autorização para reajustar as tarifas.»

«Nós aceitamos isso como uma solução provisória», replicaram os operários. «Mas ainda estamos preocupados porque isso aí pode querer ser descontado do dissídio, em janeiro, e o que queremos em janeiro é um reajuste de 40%, nem mais nem menos. Os 15%, se não forem descontados, resolvem nosso problema agora. Mas que não venham querer descontar depois. Porque amanhã estaria o Rio sem gás, os hospitais todos, já pensou? Nos não queremos isso para não prejudicar a população, mas se eles não quiserem nos atender, acreditamos que o único caminho é esse.»

Maurício Rangel adiantou, ao final da tarde, algumas das reivindicações que compõem a «árvore de Natal» que estamos listando, segundo ele mesmo disse: retroatividade do FGTS, que a empresa quer abocanhar, auxílio alimentação, que, atualmente, é pago à base de Cr\$ 3,50 (a Light já está pagando Cr\$ 24,00); adicional de periculosidade para todo o pessoal que trabalha no gasômetro; cumprimento da legislação no que diz respeito ao salário-substituição; inclusão das horas-extras habituais no 13º; estabilidade da gestante, e outras.

«O que comanda os operários do gás é a fome!» Sob este comando, ou sob o comando da «comissão», de qualquer forma, na sede do Sindicato, os operários da luz e do gás tem sua assembleia próxima marcada para dia cinco de janeiro. Vão embalados.

MANOBRAS

Cassados seis mil bancários

No Rio, a Oposição Sindical Bancária denuncia que está sofrendo perseguições do Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, nas eleições para renovação da diretoria do Sindicato.

Iniciado no dia 21 de outubro de 1977, data do primeiro edital de convocação de eleições, o processo de escolha da nova Diretoria do Sindicato dos Bancários, do Rio de Janeiro, ainda não foi dado por encerrado, pelo menos para a Delegacia Regional do Trabalho. O sr. Luiz Carlos de Brito parece informado com a inevitabilidade da vitória de chapa da Oposição, liderada por Ivã Martins Pinheiro, vencedor de dois pleitos, agora obrigado a mais uma campanha. Realmente, pelo oficial 34.297/78, assinado pelo Delegado, as eleições de novembro último foram inteiramente anuladas. Fala-se que a entidade sofrerá intervenção por parte de uma Junta indicada pelo Ministério do Trabalho, encarregada de marcar e organizar novas eleições dentro de mais 90 dias: março do ano que vem!

«Este foi mais um ato de violência contra a liberdade de organização dos trabalhadores. A DRT está cassando o voto de mais de seis mil bancários que expressaram claramente sua preferência pela Oposição. Não se trata de um ato administrativo, não; é político. Estamos sendo cassados porque sempre nos mantivemos dentro do nosso programa de lutas, defendendo intransigentes os direitos dos bancários. As razões para esta anulação não têm qualquer substância.»

Com estas palavras foi que Ivã Martins abriu a entrevista coletiva à imprensa, que concedeu na sede do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, logo após tomar conhecimento oficial do ofício assinado pelo Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito.

Ele lembrou que a primeira eleição, em janeiro, foi anulada pela própria Justiça Federal, ao constar ser a fraude comprovada em apenas duas urnas, de um total de 250, maior que a diferença que separava a situação. «vencedora», naquela época reconhecida pela DRT, da Oposição. A história do segundo pleito, realizado agora em novembro, foi noticiada no EM TEMPO, nº 41. Computando os votos nulos, o representante do Ministério do Trabalho negou posse à chapa da Oposição. «Não houve maioria absoluta», ele disse, embora o pessoal de Ivã Martins tenha obtido 6.835 votos contra 6.482, dados às duas outras chapas.

CLT não fixa com exatidão as normas que devem reger uma eleição sindical; não diz, por exemplo, como é esta tal de «maioria absoluta». Mas, nos casos em que se observa haver omissão, a própria Consolidação é expressa: «vale a legislação equivalente». Ora, no caso, a legislação equivalente, sem dúvida, é a Legislação Eleitoral, que manda contar os votos em branco para a chapa (partido) vencedor, desprezando-se os nulos. Assim, a Oposição dos Bancários ainda teria mais 206 votos (que foram em branco), desprezados os nulos (365). O que o Ministério do Trabalho fez foi, exatamente, nem contar os brancos para o vencedor, nem desprezar os nulos. A «legislação equivalente» foi jogada na lata do lixo: vale tudo quando é para negar a vitória de uma oposição sindical.

«Foi assim mesmo que aconteceu em todas as ocasiões em que as oposições tiveram condição de balançar o coreto do peleguismo, tanto nas eleições dos metalúrgicos como na dos médicos, dos professores, dos jornalistas e, agora, desde o ano passado, conosco.» Ivã Martins voltou ao trabalho, no Banco do Brasil, embora nem todos os seus companheiros de campanha tenham feito o mesmo no Itaú, no Bradesco e no Banorte as demissões se sucedem pegando sempre os ativistas da oposição. «A anulação das eleições é um problema intimamente ligado ao regime vigente no país, que não respeita, com seu autoritarismo, as liberdades democráticas.»

MAS O QUE É QUE A DRT RESPEITA, ENTÃO?

Em seu famigerado ofício, Luiz Carlos de Brito cita um pedido de anulação feito por cinco mesários que alegaram não ter sido respeitado o horário para a votação, conforme o estipulado no edital de convocação. Acontece que os mesmos cinco mesários, durante todos os sete dias que durou o pleito, assinaram todas as atas que atestavam justo o contrário, ou seja, o exato cumprimento dos horários acertados. Um dos signatários deste recurso de última hora, de desespero completo, foi o próprio candidato à presidência do Sindicato pela situação, Roberto Barbosa Macedo. Trata-se de um elemento conhecido pela categoria bancária do Rio. Em 64, de metralhadora em punho, ele invadiu a sede da entidade. É um dedo-duro contumaz! De Brasília, do Ministério do Trabalho, transpirou a informação: ele teria garantido ao Delegado, aqui no Rio, que estaria enviando às autoridades policiais, ao mesmo tempo em que encaminhava «recurso» ao Ministério do Trabalho, um dossiê «completo» de todos os integrantes da chapa da Oposição. «Eles nada mais fizeram durante toda a campanha senão atacar a honra e a dignidade das Forças Armadas!» Uma figurinha, este Roberto Macedo...

Estas eleições custaram ao Sindicato, calcula-se Cr\$ 740 mil. Fora o desgaste político da entidade que continua sem uma direção. Fora a situação dos mesários comprometidos com a oposição, que não podem voltar a faltar sete dias ao trabalho, sem grande riscos, pois estão «marcados» pelas gerências de seus Bancos. Fora o desânimo de muitos companheiros, já cansados de mais de um ano de lutas contra o pelego, a DRT e os banqueiros, que nada mais fazem que se aproveitar da situação.

No entanto, é nesse pessoal mesmo, dentro dos Bancos, organizados e cada vez mais conscientes, que a Oposição se apoia. Neles é que ela vai procurar sua maioria. Em janeiro, em novembro ela se impôs, ainda que sem reconhecimento oficial. «Que seja como o diabo gosta» dizia um bancário, no dia da entrevista-denúncia da chapa da Oposição. «Eles acabam com o sindicato, ou nós acabamos com eles!»

(Sucursal do Rio)

Empresariado paulista revela sua "criatividade" e parte pro pau com Táticas novas para arrolhar trabalhadores

As tímidas experiências de negociação direta dos conflitos salariais chocaram os empresários e eles agora buscam caminhos diferentes para «tentar manter arrolhada e submissa a classe trabalhadora»
A repressão ao movimento operário, que o governo antes assumia sozinho, passou também a ser exercida pelos patrões e suas entidades de classe, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Dias antes de estourar a grande greve dos 250 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, quando ainda corriam as negociações diretas entre representantes dos patrões e dos trabalhadores na Federação das Indústrias de São Paulo, o empresário Alberto Villares, que presidia a convenção, respondeu às ameaças de paralisação das máquinas com uma ironia: «nós também adquirimos know-how com as greves de meio de ano». Villares chamava atenção para o fato de que não apenas os assalariados acumularam experiências de luta com as paralisações.

Mas, o empresário não estava apenas fazendo um gracejo bem educado, como muitos que houveram durante aquela tentativa de se chegar a uma convenção coletiva de trabalho. Hoje, sindicalistas de vários Estados avaliam que o episódio da greve metalúrgica significou uma mudança profunda na tática adotada pelos patrões para

enfrentar os conflitos salariais. Agora, «os empresários passaram a adotar a mais violenta e desumana forma de repressão com que se pode atingir o trabalhador: «condená-lo ao desemprego e à fome», diz o manifesto dos sindicalistas, divulgado na semana passada em Santo André.

Ou, como expõe o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula: «Como represália aos últimos movimentos reivindicatórios, as empresas passaram a dispensar em massa trabalhadores ligados, de alguma forma à atividade sindical. A vingadora atitude, tomada com o claro propósito de enfraquecer a luta dos trabalhadores, por certo criará mais um grave problema social ao governo. Pois, teremos, neste fim de ano, um considerável contingente de pessoas desempregadas a carregar nas costas o estigma de ativista do movimento sindicalista e, portanto, sem muita possi-

bilidade de regularização de sua vida profissional tão cedo».

E, Lula: «Tanto nós, como os demais trabalhadores igualmente vítimas das represálias, não devemos permanecer passivos nem lamentar pura e simplesmente as arbitrariedades sofridas. Afinal, não se podia esperar que o patronato, agarrado com unhas e dentes aos seus lucros, tranquilamente reconhecesse nossos direitos e fosse cedendo aos nossos anseios de justiça. Sua reação de agora e outras, que fatalmente virão, inserem-se no conceito de luta de classe. Portanto, previsíveis aos que conscientemente encaram esta luta».

A seguir, o manifesto dos sindicalistas, e também os documentos que mostram as inovações táticas introduzidas pelo empresariado paulista na luta salarial.

Flaminio Fantini

Documentos

Tecnologia da fome: know-how dos empresários.

«Os empresários não conseguem conviver com a liberdade, por mais precária e incipiente que ela seja. Mesmo os que posavam de democratas e liberais, passaram a adotar a mais violenta e desumana forma de repressão com que se pode atingir o trabalhador: condená-lo ao desemprego e à fome» (Trecho do Manifesto de Santo André).

1 Receita para provocar a insegurança

Éis o texto da Fiesp a que se refere o manifesto dos sindicalistas:
 Procedimento em caso de greve

1. Criar um Centro de Informações na Fiesp para que se possa saber a todo momento quais as empresas que estão em greve e obter-se um quadro global da situação evitando-se informações contróvertidas e falsas. As filiais devem conhecer o esquema e informar o Centro imediatamente de qualquer anormalidade.

2. Não pagar em nenhuma hipótese as horas paradas e não estabelecer acordos de compensações, pois não existindo no Brasil fundo para greves, esse será um excelente recurso para as empresas.

3. Tentar, de todas as formas, colocar os grevistas na via pública: se não for possível no dia da deflagração, no próximo dia perguntar na entrada da Fábrica ou em pontos estratégicos, quais os empregados que querem trabalhar e quais os empregados que não querem, colocando transporte à disposição dos que não querem trabalhar.

Com esta providência teremos a possibilidade de envolver o poder público pois os empregados em grande número estarão em via pública e podemos também exercer uma pressão psicológica sobre o Sindicato dos Empregados, pois a tendência natural é os empregados se dirigirem a sede dos sindicatos para reclamar ou pedir providências.

4. Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na Fábrica sob condição de trabalhar e não cumprirem o prometido.

Em última instância, dispensar um certo número de pessoas, por Justa Causa, após, junto com o responsável pela área paralisada, pedir ao trabalhador que execute uma determinada tarefa (a negativa caracterizará um ato de insubordinação). Essa situação gera insegurança no pessoal.

Geralmente após essa prática ou os empregados ou o Sindicato pedirão a sustação das dispensas, propondo volta ao trabalho.

5. Submeter a apreciação da DRT os procedimentos acima descritos e informar ao Delegado Regional que as empresas filiadas à Fiesp adotam-no em caso de deflagração de uma greve ilegal.

2 «Existe uma forte oposição sindical»

Um dia antes de estourar a recente grande greve dos 250 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, os empresários reuniram-se na Fiesp. Era um domingo e eles concluíram taxativos:

«O problema neste momento é de caráter político, uma vez que se deixou o confronto econômico para o confronto político. Existe uma forte iniciativa da oposição sindical, grande influência e participação de políticos de diversas tendências, inclusive candidatos, não havendo portanto, no momento, clima próprio para as negociações».

Esta afirmação faz parte de um documento timbrado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares — Sinfavea —, datado de 29 outubro, e permite conhecer os passos dos empresários no momento decisivo do movimento grevista.

Uma revelação até agora pouco divulgada: os patrões estavam dispostos a aceitar a figura do delegado sindical. Eis o item que trata das «ponderações sobre a negociação» no tocante às «comissões de empresa», uma das reivindicações centrais dos sindicatos e oposições sindicais durante a greve: «Nossa posição: primeiro — não conceder nada. Segundo — Pressionados, aceitaremos discutir o assunto. Terceiro — Surgindo o impasse, prevenir no futuro um grupo de trabalho na Fiesp e outros nos sindicatos para estudar o assunto. Quarto — Se persistir o impasse, seria preferível reconhecer um delegado por empresa para fábricas como mais de 500 pessoas».

As três primeiras etapas já haviam sido queimadas na Negociação Direta ocorrida na Fiesp, entre representantes dos trabalhadores e dos patrões. A quarta etapa, a que tudo indica ou não teve tempo de ser percorrida, ou os patrões se sentiram suficientemente fortes para não apresentá-la depois de iniciado o movimento grevista.

A proposta, oficialmente apresentada pelas Comissões de Salário, era de Comissão de Empresa vinculada aos sindicatos, constituída na proporção de 1 representante para cada 100 operários. A proposta das Oposições Sindicais era da criação de Comissões de Empresa autônomas em relação ao Sindicato mas não foi encampada pelas Comissões de Salário. O ponto limite de concessão por parte dos empresários situava-se, assim, muito aquém do que reivindicavam os trabalhadores, já que se propunham a aceitar um delegado sindical e não uma Comissão de Fábrica.

Por outro lado, o documento do Sinfavea mostra que os empresários estavam coesos em dois pontos básicos: «os 21 sindicatos de indústria permanecerão unidos e orientarão centralmente todas as fábricas» e «se uma empresa ou sindicato que não quiser greve, fizer acordo, só poderá fazê-lo dentro da última proposta do grupo de negociação», isto é, da última proposta apresentada na Fiesp, na manhã de sexta-feira, dia 27 de outubro.

O Sinfavea informa ainda, nesse documento, a divulgação do que, em linguagem direta, poderia ser chamado de «panfletagem patronal»:

«Preparou-se uma circular (fábricas/impressão/rádio) contendo nossa disposição de negociar, nossa última proposta integral e nossa posição conjunta de não pagarmos as horas paradas. Essa circular visa conscientizar todas as empresas, gerentes, administração e empregados, uma vez que a imprensa não tem divulgado de forma compreensiva as nossas propostas».

O documento do Sinfavea evidencia claramente que os patrões tomaram medidas concretas visando enganar a opinião pública, particularmente os trabalhadores. No mesmo item intitulado «providências», os empresários afirmam nos pontos 2 e 3: «Decidiu-se tornar público o mais possível a nossa disposição de continuar negociando» e «publicação na imprensa hoje (domingo) da nota dos 21 sindicatos (em anexo) e 2ª feira, da nota informando à opinião pública em geral, e aos trabalhadores, da disposição dos Sindicatos de Empresas em continuar negociando e destacando sua última proposta».

Entretanto, o ponto 1 do mesmo item «providências» choca-se gritantemente com a veiculada disposição de prosseguir nas negociações: «solicitou-se ao Delegado Regional do Trabalho que convocasse os empregados para a Mesa de Negociação, 2ª feira, às 11 horas. Essa providência será o início do processo que provocará a instauração do Dissídio Coletivo». Ou seja, enquanto alardeavam em anúncios caríssimos, veiculados nas primeiras páginas dos jornais, a intenção de manter a negociação direta, os patrões tramavam junto com o delegado regional o dissídio coletivo, que é a pá de cal para qualquer negociação direta.

Os «procedimentos em caso de greve» baixados pela Fiesp, após as reuniões do grupo 22, indústrias do setor metalúrgico, constam de oito pontos detalhados de instruções bastante práticas para serem adotadas uniformemente. É aí que todo know-how, de que falava o empresário Alberto Villares, se revela. Praticamente todos os pontos chegaram a ser adotados, inclusive o último, que prevê o lock-out, isso é, a greve patronal que di-

3 Lock-out no gatilho: fábricas podem fechar as portas na greve.

ga-se de passagem, é proibida por lei. É a seguinte, a íntegra do documento:

«Procedimentos das empresas em caso de greve»

1. Distribuir panfleto na entrada do serviço, se possível, ou no recinto de trabalho, de acordo com o Comunicado publicado pelos Sindicatos patronais no dia 30 do corrente segunda-feira, na primeira página dos seguintes jornais: *Folha da Tarde*, *Folha de São Paulo*, *Gazeta Esportiva*, *Última Hora* e *Notícias Populares*.

2. Não fazer acordos diretos com os empregados, a não ser até o limite das percentagens das faixas salariais e demais critérios constantes do Comunicado publicado em 30 do corrente, para manter a integral unidade de posicionamento do setor patronal metalúrgico.

3. Entretanto, iniciada a greve, pedir aos grevistas, através da supervisão, quadro de avisos, folhetos, etc. a volta ao trabalho até determinada hora, informando que a empresa acompanhará tão somente os termos do Acordo que vier a ser feito entre os Sindicatos. Esclarecer, ainda, que os dias de greve não serão pagos.

4. Não havendo retorno ao trabalho, suspender os grevistas como medida disciplinar por dois dias. A suspensão deverá ser individual se possível. Se não for possível deve ser feita de forma coletiva, através de comunicado na saída da fábrica, desde que a greve esteja sendo feita pela maioria dos empregados. Sugere-se que a suspensão seja divulgada pouco antes do fim do turno. Na greve parcial, não sendo possível separar os grevistas dos não-grevistas suspender todo o grupo. Na hipótese de suspensão coletiva, sempre há o risco de se perder o processo na Justiça do Trabalho.

5. Em caso de greve, informar o seu Sindicato Patronal (verifique para isso o guia de Contribuição Sindical de janeiro), o mesmo acontece não com a Delegacia Regional do Trabalho (telefones: 256-2011, 256-2359 e 256-2471), uma vez que a constatação do fato por esse órgão facilitará no futuro, a configuração jurídica da paralisação.

6. Em caso de greve, suspender o fornecimento de refeições, vales, condução etc., ou outras vantagens que venha a contrastar com o movimento paradedista ou facilitar seu prosseguimento ou ampliação.

7. As empresas que trabalharem 24 horas por dia deverão escolher o horário em que seja o menor número de empregados na empresa para iniciar a operação de não mais permitir a entrada. Simultaneamente, as empresas devem preparar serviço de emergência e segurança composto por pessoas de confiança, principalmente Supervisão para manter em atividade equipamentos vitais (fornos, etc.).

8. No segundo dia, caso a greve tenha sido geral ou pelo menos pela maioria, a fábrica poderá não abrir as portas, mantendo cartaz ou cartazes explicando o motivo do fechamento.

“Exigimos garantia de emprego”

Aqui, a íntegra do manifesto firmado na semana passada em Santo André, por sindicatos «autênticos», oposições sindicais e outras entidades populares, de vários Estados:

Uma mudança tática do esquema repressivo marca hoje, de forma inconfundível, o movimento trabalhista.

Durante os últimos 14 anos, os patrões conseguiram os mais altos lucros de sua história, deixando o controle das questões trabalhistas e dos movimentos reivindicatórios exclusivamente nas mãos do governo. Através do Ministério do Trabalho e dos organismos de repressão, os sindicatos foram contidos, os dirigentes cassados, presos e processados e as reivindicações ignoradas. Foi este, sem dúvida, um dos períodos mais negros para o mundo do trabalho.

Os dirigentes mais autênticos, que conseguiram sobreviver a caça às bruxas, nunca deixaram de buscar caminhos que conduzissem os movimentos reivindicatórios a vitória. Todo um processo se desenvolveu ao longo do tempo, conduzindo a progressiva conscientização dos trabalhadores.

Depois de muito esperar pelas promessas do governo, de tanto ser enganado pela propaganda oficial, o trabalhador sentiu que deveria assumir, ele próprio, a condução de sua luta. Estouraram assim as greves de maio que prosseguem até hoje.

Negociação direta

Na fase inicial desse movimento, o governo e seu aparato repressivo deixaram de interferir ostensivamente permitindo que as partes em conflito compusessem seus interesses na mesa de negociações. Foi este, sem dúvida, um momento histórico na vida sindical brasileira. Não porque tivéssemos alcançado plenamente os nossos objetivos, mas porque se estabelecia, a ainda que precariamente, um equilíbrio de forças e instaurava-se a fórmula ideal para solução dos problemas trabalhistas, ou seja, a negociação direta.

A classe patronal, que sempre se abrigara sob o escudo protetor do governo, teve que se expor e negociar com os sindicatos de trabalhadores. A experiência, porém, parece ter sido extremamente chocante e, imediatamente, os empresários buscaram novo caminho para tentar manter arrolhada e submissa a classe trabalhadora. A repressão que o governo assumia sozinho passou também a ser exercida pela classe patronal e suas entidades representativas.

Acostumados a proteção do arbítrio, os empresários não conseguem conviver com a liberdade por mais precária e incipiente que ela seja. Os seus altos lucros tem se baseado, ao longo desse período de exceção, na superexploração do trabalho do povo. Temendo a organização e a liberdade dos trabalhadores, todos os empresários, mesmo os que posavam de democratas e liberais, passaram a adotar a mais violenta e desumana forma de repressão com que se pode atingir o trabalhador: condená-lo ao desemprego e à fome.

Dispensa em massa

A partir dos acordos que puseram fim as greves, houve dispensa em massa de trabalhadores, notadamente daqueles que apresentaram algum sinal de liderança ou tiveram efetiva militância sindical. Estas vítimas da nova forma de repressão tendem a marchar para a completa marginalização, pois, através de um eficiente sistema de comunicações, seus nomes constam de todas as «listas negras» existentes nas empresas.

Com isso, as empresas pretendem atingir dois objetivos:

a) refrear a luta, pela eliminação das lideranças;

b) dificultar a atividade sindical, privando-a dos seus mais ativos participantes.

Ferem assim duas das mais elementares garantias do cidadão, inscritas na Declaração Universal dos Direitos Humanos: o direito ao trabalho e o direito à livre organização.

Os empresários sempre se organizaram livremente na defesa dos seus interesses. Já os trabalhadores encontram sempre obstáculos de toda a ordem no desenvolvimento pleno de suas atividades. Nós, como os patrões, temos o direito de nos unir e lutar pelos nossos interesses. Por isso, não aceitamos o crime organizado contra a mobilização dos trabalhadores nem tampouco a condenação ao desemprego e a miséria de todos os que militam nas lideranças dos nossos movimentos. O que não aceitamos e que se fechem todos os canais de entendimento, o que pode levar os trabalha-

Denúncia: FIESP trata movimento operário como «caso de polícia» e faz manual completo para reprimir e radicalizar.

res ao desespero de causa e todos nos a um confronto sem saída. Entendemos que, para a criação de uma sociedade democrática, e essencial que os patrões considerem legítimo o conflito de interesses.

Mas a orientação que as empresas receberam de sua entidade de classe (notadamente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP), de como proceder em caso de greve, não prevê qualquer formado diálogo que conduza à negociação pacífica e a solução satisfatória do impasse. Ao invés da busca do entendimento, a FIESP elaborou um manual completo de medidas repressivas e radicalizantes, como se os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores tivessem se convertido em caso de polícia.

Mudança de tática

A repressão, portanto, mudou de tática e refinou seus métodos, atingindo outra vez, de forma desumana, a classe trabalhadora. O governo procura livrar-se do desgaste político da repressão. Na realidade, porém, empresários e governo são apenas o pano de fundo que esconde o regime de arbítrio e exceção, responsável pela marginalização da grande maioria do povo, em benefício de uma minoria privilegiada que usufrui dos resultados do nosso trabalho.



Benedito Marceio, no encontro de Santo André.

A violência patronal e, sobretudo, o resultado de um sistema injusto que nos foi imposto e que precisa a todo custo ser reformulado. Dessa forma, com suas leis e regras determinadas contra os interesses populares, os patrões sempre estarão em condições de explorar a classe trabalhadora.

O sistema político que queremos e o que assegura a participação de todos na elaboração das leis que regerão os nossos destinos. É aquele que instaure não uma democracia formal mas nos assegure a possibilidade de participação nas riquezas que produzimos; que nos permita organizar nossas entidades livremente e nos ponha a salvo do arbítrio do Estado e do poder econômico.

Denunciamos a Nação que o governo e os patrões querem continuar subjugando os trabalhadores, impedindo que se desenvolva a nossa capacidade de luta e de reação. Exigimos que os trabalhadores tenham a segurança necessária indispensável a qualquer proposta de convivência democrática, de modo que possamos reivindicar as conquistas a que temos direito.

Os signatários deste documento, representantes das diversas categorias profissionais do país, oposições sindicais e outras entidades populares, decidem iniciar uma campanha nacional em defesa da garantia do emprego de todos os trabalhadores e da volta dos demitidos ao trabalho e da estabilidade das Comissões de Empresa. E decide-se, concretamente, criar um Fundo de Greve, e entre outras formas de luta, paralisar as atividades de cada empresa toda vez que um trabalhador for demitido por sua participação em movimentos sindicais.

Santo André, dezembro de 1978

Empresários mentiram para opinião pública

O documento do Sinfavea prevê dois comportamentos para os empresários durante a recente greve dos metalúrgicos.

Para a opinião pública, alardear que pretendem continuar negociando com os trabalhadores. Nos conchavos com o delegado regional do trabalho, preparar a instauração do dissídio coletivo

SINDICATO NACIONAL DE INDÚSTRIA DE TRATORES, CAMIINHÕES, AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS SIMILARES — SINFAVEA

SEÇÃO LIVRE

AOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO PAULO, OSASCO E GUARULHOS

CAMPANHA SALARIAL DE 1978

Entendimentos:

1. Os 21 Sindicatos de Indústria permanecerão unidos e orientarão centralmente todas as fábricas;
2. Se uma empresa ou sindicato que não quiser greve, fizer acordo, só poderá fazê-lo dentro da última proposta do grupo de negociação;

Providências:

1. Solicitou-se ao Delegado Regional do Trabalho que convocasse os empregados para a Mesa de Negociação, 2ª feira, às 11 horas. Essa providência será o início do processo que provocará a instauração do Dissídio Coletivo;
2. Distribuiu-se uma circular (fábricas/impressão/rádio) contendo nossa disposição de negociar, nossa última proposta integral e nossa posição conjunta de não pagarmos as horas paradas;
3. Publicação na imprensa hoje (domingo) da nota dos 21 Sindicatos de Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares, e a divulgação da disposição dos Sindicatos de Empresas em continuar negociando e destacando sua última proposta;

ANÚNCIO NA PRIMEIRA PÁGINA DA FOLHA DE SÃO PAULO DE 30 DE NOVEMBRO.

RETOMAR A CONSTITUINTE



Sete anos depois do golpe militar de 64, a questão da Constituinte era levantada pela oposição parlamentar. Em 1971, no Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira, realizado em Recife, o MDB deixou que o documento final, a Carta do Recife, contivesse uma menção explícita, ainda que sem destaque, à questão da Constituinte. Foi necessário contudo uma intensa luta entre autênticos e moderados para que este tímido resultado fosse alcançado.

No entanto, isto não foi mais do que uma vitória simbólica. Pois a direção do partido fez letra morta desta resolução. De outro lado, as oposições extra-parlamentares estavam sendo submetidas a intensa repressão, e o caráter de resistência de sua luta não dava espaço para colocações de bandeiras deste porte.

Posteriormente, a vitória do MDB em 1974 não vai, ao contrário do que muitos ingênuos pensavam, fazer com que o partido se lance à luta pela Constituinte. A expectativa quanto a vir a negociar com o regime em torno de incertas reformas constitucionais, atraía a direção, na medida em que esta sonhava com a possibilidade de vir a conquistar em 1978 alguns governos estaduais, por exemplo. Ainda neste momento, as oposições de massa recém-começavam a emergir da mera resistência, e não dispunham de força para pressionar a frente emedebista.

Mas com o pacote de abril, as ilusões da direção moderada do MDB se desfazem. Agora, os governadores continuariam a ser nomeados, haveria os bônus e tudo mais. Simultaneamente, as mobilizações de massa pipocam pelo país afora, marcando o despertar da oposição popular. E para fechar o quadro, o regime e suas bases de sustentação atolam-se numa crise interna ainda de desleixo incerto.

Neste momento em setembro de 1977, uma Convenção Nacional do MDB encampa a tese da Constituinte em sintonia com a colocação da bandeira por vários movimentos oposicionistas populares — estudantes, profissionais liberais, artistas, sindicalistas etc.

No entanto a formulação emedebista é extremamente reflexo da linha política dos moderados. Não explícita o caráter da anistia, abrindo espaço para a anistia parcial. Adverte que não deixará que a luta pela Constituinte se transforme em «subversão», não fala de liberdade partidária, sindical etc. Enfim, uma proposta de «Constituinte dentro da ordem» do regime, adequada portanto à conciliação com o próprio regime.

Mesmo assim, campanha não houve, por parte do MDB. E é somente agora, diante dos acenos de conciliação de Figueiredo que a questão volta a ser posta. Cabe às oposições populares tomarem a iniciativa para que não se repitam os erros da Constituinte de 1946.

Nestas três páginas, Em Tempo entra no debate sobre a retomada da Constituinte. Os depoimentos colhidos com lideranças sindicais e estudantis revelam que ninguém está disposto a aceitar a «conciliação nacional» de Figueiredo, embora alguns acreditem que valha a pena discutir a imposição de condições prévias. Todos concordam que a bandeira da Constituinte deve se revitalizar — o MDB não soube ou não teve condições de fazê-la avançar, entre outras coisas, por não estabelecer a vinculação com as reivindicações específicas dos mais diversos movimentos populares. Por outro lado, o debate mostrou também que ainda há muita desinformação a respeito do tema, embora todos concordem que só com mobilização de base, o MDB poderá ser empurrado para frente.

MOMENTO

Uma resposta à “conciliação nacional”

Diante das investidas falsamente conciliatórias de Figueiredo, as oposições começam a responder com a bandeira da Constituinte, unificando assim suas várias lutas contra a ditadura.

Mais que uma figura de retórica ou expressão da vontade dos oposicionistas mais exaltados, afirmar hoje, que o regime implantado em 1964 vive um impasse, corresponde a uma avaliação lúcida e precisa da realidade. Não só as estruturas políticas não mais atendem aos interesses das várias frações burguesas. O arcabouço «jurídico» implantado casuisticamente mostra-se ineficiente diante dos novos tempos, como sua legitimação perante o conjunto da sociedade é cada vez menor. Prova disso, são os resultados das eleições de 15 de novembro quando, a exemplo do que já ocorrera em 1974, o Governo foi fragorosamente derrotado nas urnas. E que registram, no plano eleitoral, a retomada da combatividade popular traduzidas na eclosão dos movimentos grevistas de maio/junho e outubro/novembro, na articulação de um sem número de movimentos sociais de base, como o Movimento do Custo de Vida, na reorganização das oposições sindicais e no surgimento de um núcleo de lideranças mais atuantes no interior dos próprios sindicatos oficiais.

Ao mesmo tempo, acentuando o grau de deterioração do regime e da crise atravessada pelas classes dominantes, vê-se que o arbitrio e a repressão pura e simples, seja pela utilização de toda a legislação de exceção, seja pelo acionamento dos aparatos de segurança, mostram-se impotentes para conter ou fazer retroceder o crescente descontentamento que grassa entre as camadas populares. Descontentes este exacerbado pela deterioração das condições de vida da grande maioria da população, porque esta não mais aceita, passivamente, a inexistência de seus mais elementares direitos sindicais e políticos.

Conciliar é preciso

Sensíveis a tudo isso, Geisel, Figueiredo & Cia tentam superar o impasse através das reformas

que entrarão em vigor a partir de primeiro de janeiro, coroamento, ao nível jurídico-institucional, da «distensão lenta e gradual» já preconizada pelo atual general-presidente desde os primeiros anos de seu governo. Isto é, não mais sendo suficiente apenas o arbitrio e a ditadura aberta, a alternativa é introduzir algumas reformas no secundário e acessório, mantendo-se o principal, a tutela das Forças Armadas sobre a nação. Ao mesmo tempo em que permanece intacto e pronto a entrar em ação, todo o aparato repressivo com que vem contando as classes dominantes para manter sua hegemonia.

Mais recentemente, em função do agravamento da crise, da multiplicação das lutas dos setores oprimidos e do próprio resultado eleitoral, Figueiredo lança um dado a mais na cena política: a proposta de conciliação nacional, com que pretende atrair não só os setores fisiológicos e adesistas do MDB, como também a outros setores da oposição: dos liberais a algumas lideranças sindicais. Buscando com isso, não só ganhar tempo, como também ampliar a própria base de sustentação do regime. Isto, certamente, terá um preço a que Figueiredo terá que pagar: anistia limitada, transformação do atual Congresso em Constituinte, algum afrouxamento na área sindical e estudantil, etc.

Balão de ensaio

É verdade, como diz a revista «Isto É» desta semana que a proposta de conciliação de Figueiredo «não se concretizou, nem logo produzirá fatos, porque por enquanto não pretende passar de uma declaração de intenções», ou seja, ela ainda é mais para servir de «teste dos propósitos oposicionistas». Mas se Figueiredo e sua equipe não avançam os detalhes do que será esse projeto, sua simples menção já tem servido como canto de sereia a atrair os mais transfugas entre

os oposicionistas, agitados e entusiasmados com a possibilidade de, finalmente, poderem se locupletar um pouco mais das benesses que só o poder concede (ministérios, direções de empresas públicas, etc.).

Explícita ou não em seus pormenores, a verdade é que ao governo e às classes dominantes interessa, mais do que nunca, iludir o povo brasileiro, mais particularmente os trabalhadores, bem como a confusão entre os setores de oposição com propostas desse tipo. Principalmente agora, quando não dá mais pé continuar explorando e oprimindo na «marra»: conciliação, «pacificação nacional», cantilena a que não escapam nem mesmo algumas lideranças sindicais e políticas bem intencionadas, devem fazer rir a todos aqueles que nesses 14 anos viram recrudescer a exploração e que são submetidos no trabalho, via arrocho salarial, reduzidos a zero suas possibilidades de manifestarem-se e lutarem por suas reivindicações. Conciliar o inconciliável, sentar à uma mesa comum exploradores e explorados, torturadores e torturados, é façanha que nem mesmo os mais competentes alquimistas do Planalto serão capazes de realizar.

A alternativa popular

«Quando a esmola é muita, até o cego desconfia», diz a sabedoria popular. Evidentemente que os trabalhadores devem desconfiar da mão que lhes estendem agora, principalmente quando sabem que essa mesma mão já foi responsável por muita porra em cima do povo. E não só desconfiar como rechaçar todo e qualquer projeto desse tipo, combatendo vigorosamente todos as vacilações que porventura surgirem (e já estão surgindo) entre os que se opõem ao regime militar.

Os trabalhadores e os setores comprometidos com uma alternativa realmente democrática já tem sua resposta para a crise política vivida pelo País; já possuem uma bandeira que não requer grandes esforços para ser encontrada. Trata-se da convocação de uma Assembleia Nacional



Foto: Nelson Pentecado

Constituinte, livre, democrática e soberana, capaz de unificar as lutas setoriais que os trabalhadores, os setores médios, os estudantes e a intelectualidade vêm desenvolvendo. Seja suas reivindicações de cunho econômico, seja as políticas, por liberdades democráticas, pela anistia, ampla, geral e irrestrita, pela organização sindical e partidária, pelo direito de greve, pelo desmantelamento do aparato repressivo e punição para os torturadores e responsáveis, pela revogação de toda a legislação de exceção.

Retomar a luta

Objetivamente, a Constituinte é uma reivindicação de interesses dos trabalhadores e seus aliados, ao contrapor-se ao Parlamento controlado pelo regime e às suas manobras de acomodação, ao acionar com uma reordenação jurídica da nação que sancione as conquistas e direitos que interessam ao setores populares. Pressupõe, também, a existência de um intenso processo de conscientização, organização e mobilização de amplas camadas da população, pois, não nos iludamos, ela não será concedida graciosamente pelas classes dominantes, não será convocada,

sem que exista, previamente, um amplo ascenso das lutas sociais no Brasil.

É preciso retomar urgentemente a luta pela Constituinte, resgatá-la do segundo plano a que ficou relegada nos últimos tempos, inclusive durante a campanha eleitoral, quando foi insuficientemente agitada, mesmo pelos candidatos e comitês mais comprometidos com os interesses populares. Há muito a ser feito em termos de conscientização e de preparação: testemunhas disso são a série de equívocos que ainda existem quanto ao seu caráter e sua finalidade, como o demonstram muitos dos depoimentos que publicamos nesta edição.

Mas, inegavelmente, ela está na ordem do dia, em respostas às manobras da ditadura agonizante. E neste momento, quando o próprio MDB, através de seu presidente nacional, volta a cogitar de sua retomada, devemos cobrar-lhes coerência, para que não se repise o que ocorreu bem recentemente. Após ter sido aprovada, em Convenção do MDB foi praticamente esquecida pelo partido oposicionistas. Com isso, estaremos impedindo que ela se transforme em mais um arroubo de uma noite quente de verão...

Tom Duarte

HISTÓRIA

Constituinte de 1946:

Esquerda entrega de bandeja para os patrões

Constituinte com Vargas, com sindicatos atrelados etc. Entrando assim na campanha, a esquerda, através de sua força principal na época, o Partido Comunista, enveredou numa trilha de concessões na luta democrática e o resultado não foi outro: a Constituição aprovada consagrou uma democracia tão somente para as elites, repressiva e excludente para as massas.

A partir de 1943, há um agrupamento de forças contra o Estado Novo, que começam a se manifestar, de um lado, pela anistia e pelo envio de tropas ao lado dos Aliados e, por outro, pela derrubada de Vargas e de todo o aparelho governamental. Entretanto, já por essa época, a ditadura começa a entrar num período de crise institucional e política, que se combina com a contradição dominante no cenário internacional, ou seja, entre fascismo e democracia.

O importante papel jogado por esta contradição que determina a natureza daquela conjuntura pode ser percebido pela influência que exerceu sobre o PCB a dissolução da IC, em cujo texto aparece o chamado à união antifascista, proclamando como dever das massas populares e dos operários de vanguarda apoiarem os esforços militares dos governos dos países aliados para abater o bloco hitlerista. Esta luta antifascista, entretanto, não deveria desbordar os marcos da democracia burguesa, assim como deveria ser uma luta travada em frente popular com a fração democrática e liberal da burguesia.

Dos Soviéticos à democracia burguesa

Depois do VII Congresso, sob os imperativos de defesa da URSS e da luta contra o fascismo, a IC e suas seções abandonam a tese dos «soviets» e passam a se situar no terreno da democracia burguesa. E sobre esta base os PCs lograram estreitar suas relações com as massas trabalhadoras, iniciando uma evolução neo-reformista que se desenvolveu no contexto da «grande aliança». Agora, a «construção do socialismo na URSS» passava a ser a garantia suprema da paz, o motor da democracia mundial.

É, portanto, tendo como pano de fundo a linha estratégica da URSS que melhor se pode compreender a posição adotada pelo PCB de se aliar ao governo, numa linha de colaboração de classes, pedindo para os trabalhadores «apertarem o cinto», dentro de uma política de ordem e tranquilidade, em nome da paz e da reconstrução da democracia.

O PC lança a Constituinte, apoiando Vargas.

Em 1945, decretada a anistia e com o PCB na legalidade, são marcadas eleições presidenciais para dezembro e lançadas as candidaturas de Eduardo Gomes pela UDN e do gal. Dutra pela coligação PSD-PTB. Nesta conjuntura, o PCB mostrando que as duas candidaturas foram colocadas em bases falsas de cima para baixo, lança a palavra de ordem de Assembleia Constituinte: «O Partido, examinando a situação, conclui que a convocação da A.C. será obtida tão mais rapidamente quanto mais rapidamente for solidificada uma ampla e poderosa frente de correntes e partidos políticos democráticos, entidades de classe e organismos de massa, que exija a decretação da medida, que porá em termos democráticos o problema da redemocratização do país. (...) A A.C., bandeira que já reuniu a maioria do povo, será o denominador comum das forças democráticas organizadas. E então poderá o governo, apoiado nessa unidade democrática e popular, lutar contra os reacionários que, dentro e fora do aparelho governamental, se opõem ao caminho democrático e progressista do Brasil (...)» (Jornal «HOJE» — 6/10/45 — pg. 3).



Getúlio

O PCB contava com que o povo apoiasse firmemente Vargas a fim de que este convocasse a A.C. A tentativa, pois, que faziam, era de que não mais se mantendo a Carta de 37, a A.C. garantiria, através de representantes populares, uma série de direitos sociais e a manutenção do PCB na legalidade. Esta campanha, levada a cabo juntamente com os «queremistas», atinge seu maior impulso entre agosto e outubro/45.

Naquela conjuntura, a posição contrária às eleições presidenciais partia dos comunistas e recebia ataques contundentes no campo da própria esquerda, que criticavam a oposição velada do PCB sem boicotar realmente as eleições e o seu apoio a Vargas. O principal ataque parte de um grupo de socialistas independentes (que apoiavam E. Gomes), ligados à União Socialista Popular, cujo jornal — «Vanguarda Socialista» — considera um erro o PCB não levar em conta ou desconhecer a relação de forças existentes e a falta de ressonância desta palavra de ordem no final de 45, considerando que ela era justa e oportuna no começo do ano quando a ditadura cambaleava e as forças democráticas estavam na ofensiva.

O restante da esquerda contra a Constituinte com Vargas

Ao apoiar Vargas, o PCB isolou uma considerável parcela da esquerda, que nunca acreditou nas intenções redemocratizantes de Getúlio Vargas. Deixou portanto, o PCB, de tentar a formação de uma ampla frente de oposição que lutasse consequentemente pelos direitos dos trabalhadores e que fosse um instrumento hábil destes para reivindicar seus interesses, preferindo aliar-se ao ditador em decadência. Assim agindo,



Prestes

não conseguiu sequer um apoio ainda que restrito à sua plataforma política.

Entretanto, lograram os comunistas penetrar em amplas camadas do proletariado urbano, o que pôde ser verificado através de manifestos de sindicatos de várias categorias, como este assinado por 34 sindicatos do Rio de Janeiro que aderiram ao Comício Pró-Constituinte: «(...) Os trabalhadores necessitam da Constituinte, porque nela encontrarão os meios para alcançar suas justas reivindicações de melhoria de salários, liberdade sindical, maior equidade entre o trabalho e o capital, estudo técnico e profissional, tão necessário à elevação social do operariado brasileiro e tantas outras sentidas aspirações (...)» («HOJE» — 21/10/45 — pg. 1).

Vê-se, assim, o quanto enganador e ilusório constituiu o esforço do PCB em creditar à A.C. poderes como que autônomos em relação às pressões advindas, naturalmente, de forças dominantes cujos interesses residem exatamente na manutenção do domínio do capital sobre o trabalho, sem quaisquer possibilidades de igualdade ou cooperação, o que, aliás, está dentro da lógica do sistema capitalista. (Ver a auto-crítica de Prestes na Revista Isto É nº 89)

Constituinte com sindicatos atrelados?

Para se entender a posição ambígua assumida pelos comunistas nos debates da AC sobre o direito de greve e sobre a liberdade de associação profissional, é necessário ter em conta a linha política de «ordem e tranquilidade» e de colaboração com o governo adotada pelo PCB. Ao não atacar determinados pressupostos da estrutura sindical corporativista (entre outros, a ligação com o Ministério do Trabalho, o imposto sindical e os líderes «pelegos»), deixou o PCB de tentar uma mobilização efetiva das classes subalternas que possibilitasse a estas uma nova forma de organização para fazer frente às «pelegas». Organizaram o MUT para atuar no meio sindical, mas a prática deste estava muito mais baseada na preocupação de evitar as greves e de impor a linha político-partidária dos comunistas, do que em criar bases para que o operariado forjasse, na luta, um sindicato de novo tipo que fosse realmente um poderoso instrumento nas mãos deste para batalhar por suas reivindicações.

As greves são um «excesso injustificável»: é hora de «apertar os cintos».

Esta influência do MUT sobre os sindicatos permitiu que este interviesse em várias assembleias de operários, para evitar as greves ou,

no caso destas já terem sido deflagradas, para conciliar rapidamente as partes em litígio a fim de que cessasse o movimento, que vinha perturbar a sua linha de ordem. E é com esta política que os «mutianos» intervieram para acabar ou impedir várias greves em 45. Atitude aplaudida pelo jornal «Hoje» que transforma a greve, de arma de luta do proletariado, em «fator de intranquilidade», em «excesso injustificável». Insistindo em sua política de «apertar o cinto», que teve como resultado prático o afastamento da massa trabalhadora do Partido, terminam por transformar o direito de greve num não-direito, num direito nulo na prática.

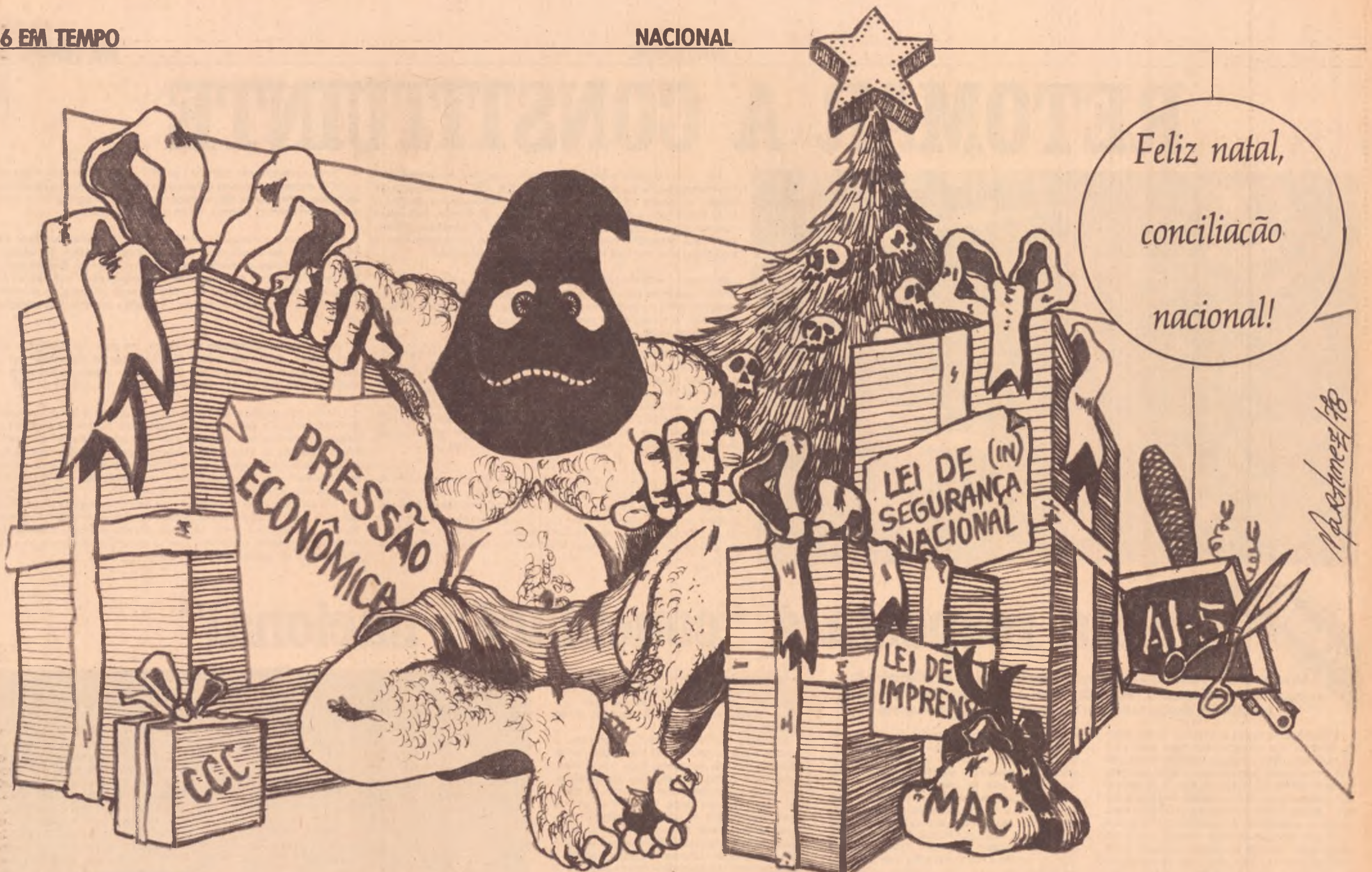
Com este tipo de concepção, difícil se torna, pois, defender consistentemente o direito de greve e a liberdade de associação profissional na AC. Na defesa do direito de greve terminam por colocar este como sendo «um meio de estabelecer o equilíbrio entre patrão e operário» e como um fator de ordem social. Talvez para evitar fosse aprovada a emenda que negava o direito de greve aos trabalhadores em empresas públicas e pelo impasse criado diante de várias emendas propostas, os comunistas acabam cedendo e apoiam a redação do texto da Comissão. Fica assim o texto: «É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará».

Constituição da ordem

Numa época em que o movimento operário estava em ascensão, o governo não hesitou em acionar os mesmos dispositivos repressivos do Estado Novo, mantendo a Carta de 37 até que se elaborasse uma nova Constituição e promulgando o Decreto-Lei 9070 que regulamentava o direito de greve mas de uma tal forma que qualquer paralisação poderia ser julgada ilegal pelo Poder Executivo. É dentro deste contexto que é instalada a AC que contava com uma tranquilidade maior governista que possibilitou se mantivessem, os mesmos instrumentos coercitivos sobre a classe operária e a mesma estrutura sindical corporativista presentes durante o Estado Novo.

Resultado de todas estas considerações que uma palavra de ordem de AC só tem sentido político quando é capaz de mobilizar as forças opositoras para derrubar a ditadura, cujo resultado deveria ser um governo provisório de base popular que convocaria uma Constituinte soberana, livre e democrática. Seria um disparate apelar-se para um governo ditatorial para que convoque uma AC que o venha suplantar. Portanto, lutar por uma AC livre, soberana e democrática só tem validade quando se luta ao mesmo tempo pela queda da ditadura.

Márcia Albuquerque



Presente de grego

Figueiredo lança balão de ensaio

«Jamais acreditem exageradamente na imbecilidade de vossos adversários» (Talleyrand)

Rubens Glasberg
 Não foi por cinismo que o portavoza da Presidência da República, coronel Rubem Ludwig, afirmou que os resultados das eleições de 15 de novembro deixaram de surpreender o Planalto. Na verdade, eles corresponderam exatamente às previsões oficiais. O estado-maior golberiano tinha razões de sobra para alegria. O «embrulho de abril» dera certo a nível federal: o governo fez maioria nas duas casas do Congresso com minoria de votos.

O general Geisel concluiu assim com relativo êxito mais uma etapa das manobras destinadas a limpar casuisticamente o terreno para viabilizar no plano político formal o futuro governo Figueiredo.

A fragilidade da saída artificial encontrada não escapa, no entanto, ao mais desavisado observador e muito menos aos estrategistas do Planalto. Com o rompimento do monolitismo militar, torna-se difícil acreditar que o grupo palaciano consiga manter-se por mais seis anos no poder, tendo como base de sustentação apenas os currais eleitorais do interior dos Estados do Norte e Nordeste — o «fundão» do Brasil, conforme o jornal «O Estado de S. Paulo». Nos grandes centros, onde se definem os destinos econômicos e políticos do País, a Arena levou verdadeira lavada: em alguns, quase deixou de existir.

Acrescente-se a isso o fato de Figueiredo estar herdando a gerência de um regime de força em meio a grave crise econômica e social — uma inflação que foge aos controles monetaristas, gigantesca dívida externa, exportação menor que importação, além das crescentes reivindicações dos trabalhadores e dos movimentos populares e democráticos que pipocam por todo canto.

Ilegitimado nas urnas, o regime está sem condições políticas de gerir a crise. A estreita abertura geiseliana — resultado dos anos de resistência difusa dos mais variados setores da população e não de magnanimidade presidencial como querem fazer crer — não mais garante a sobrevivência do grupo no poder e dos interesses por ele representados. Mais comportas terão de ser abertas para dar vazão à corrente de insatisfações. O governo que se considera vitorioso no pleito parlamentar se vê, pela primeira vez em quinze anos, obrigado a negociar para poder governar.

E o faz de forma matreira. Para neutralizar as teses da anistia e de Constituinte, temas principais da pregação emedebista no ano que entra, Figueiredo faz um apelo à conciliação nacional.

A proposta, deliberadamente vaga, não aborda questões concretas. Ao contrário, procura fugir delas. É um balão de ensaio para medir as reações dos diferentes setores emedebistas, e, a partir delas, tentar um entendimento que possa até abordar uma meia anistia (nem ampla e muito menos irrestrita), mas jamais a Constituinte.

O futuro general presidente e seu



Figueiredo

staff pretendem abrir brechas no MDB, para ter com quem trocar figurinhas. Tentam fugir ao debate das questões de fundo, atendo-se às periféricas. Em troca de concessões mínimas, procuram resolver seus problemas mais imediatos, como o da viabilização do governo Paulo Maluf e a substituição do prefeito, em São Paulo.

E agora, MDB?

A tática poderá dar resultados. No MDB, há setores propensos a aceitar esse tipo de negócio, embora minoritários e, no momento, envergonhados.

«Deve-se distinguir nas lutas históricas — afirmava Marx — entre a fraseologia e as pretensões dos partidos e sua constituição e seus interesses verdadeiros; entre o que imaginam ser e o que são na realidade».

E o que o MDB é na realidade, todos sabem: um conglomerado de pessoas e tendências que, grosso modo, são divididas em três grupos: autênticos, moderados e adesistas. Os dois primeiros, até agora, não se deixaram enlevar pelo canto de sereia da conciliação proposta pelo ex-chefe do SNI. Não há como conciliar — por exemplo — presidente, governadores, prefeitos e senadores bionicos com eleições diretas. Justiça seja feita: moderados como Ulisses Guimarães e Franco Montoro rejeitam com veemência o contra-senso.

Ainda assim, poderão surgir logo mais nessa área política que vacilem, que se mostrem dispostos a engrossar fileiras adesistas e negociem em torno de questões secundárias e paroquiais, alegando que o impasse levará o regime a novo endurecimento, sem se darem conta de que a situação atual não é a mesma de 64 e 68.

Diante dessa perspectiva, como devem agir os setores mais conscientes da oposição? Abandonar a luta no MDB e sustentar isoladamente a campanha pela anistia e pela Constituinte ou procurar de todas as formas impedir que os vacilantes e adesistas aceitem as migalhas oferecidas pelo Planalto?

A primeira saída é cômoda e fácil, porque afasta companhias comprometedoras. Mas, significa aceitar passiva-

mente o jogo do governo. Figueiredo e seu séquito bionico querem mudar (inclusive criando novos partidos) para que tudo fique como está. E, para tanto, consideram necessário isolar para depois calar os opositoristas mais combativos e incômodos. O preço dessa conciliação, mais uma vez, será a cabeça da esquerda.

Quem não tem cão caça com gato; e o gato mambembe das oposições brasileiras, queiram ou não, é o MDB. Esquecer essa realidade é correr risco de consequências catastróficas. O momento ainda é de ganhar espaços e somar o maior número de forças contra o adversário comum, diminuindo-lhe a área de manobra.

Manter o MDB unido e atuante em torno das teses da anistia e da Constituinte é tarefa difícil, mas não impossível. Ela será factível mediante ampla mobilização de bases (como nas eleições de novembro), para exercer pressão e manter severa vigilância sobre todos os parlamentares emedebistas.

Os compromissos assumidos durante o desenrolar do processo eleitoral terão de ser constantemente cobrados de público. A lembrança de adesistas como Aurélio Campos e Dias Menezes que não conseguiram renovar seus mandatos fará com que os vacilantes e fisiológicos pensem duas vezes antes de aceitar as manobras governistas.

Trata-se, em última análise, de manter viva e ampliar toda a oposição extraparlamentar (sindicatos, entidades estudantis, comitês pró-anistia, Movimento Custo de Vida, diretórios partidários, associações de bairro etc), para impedir que a união das forças democráticas seja quebrada.

A resposta ao novo governo, que assume enfraquecido, ilegítimo nas urnas e que é obrigado a negociar, terá de ser conjunta e única: a democracia, com anistia e Constituinte; a partir daí se poderá medir a honestidade de propósitos para uma conciliação nacional.

Conciliação sem liberdades democráticas, anistia e Constituinte é um engodo.

Só se for com Constituinte e Anistia.

Se o futuro presidente quer a conciliação, deve não apenas ouvir o MDB, mas a toda a Nação. E não há outra fórmula para se ouvir a voz do povo que uma Assembleia Nacional Constituinte, acompanhada de pacificação ampla através da anistia.

A afirmação foi feita no final de semana pelo presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, no encerramento do Seminário de Estudos sobre a Ação Parlamentar do partido, realizado em São Sebastião. Ulisses sintetizou as opiniões que vinham sendo manifestadas pelos opositoristas desde o famoso discurso em que o futuro ocupante do Palácio do Planalto, general João Baptista Figueiredo, «estendeu a mão» ao «entendimento», levantando naturalmente suspeitas em toda a Nação, partindo de quem partia.

No entanto, as respostas da Oposição a esse «apelo» com cheiro de armadilha ainda são vagas e tímidas, embora o MDB já tenha fixado, pelo menos no papel, o que pretende. Em primeiro lugar, é preciso ouvir a voz daquele que sabe muito bem quais são as vantagens da «conciliação» proposta nos termos do regime, pois já tem experiência de quinze anos sob o tacão da ditadura: o povo, os trabalhadores. Em segundo lugar, o partido da Oposição deve não apenas confeccionar documentos, manifestos ou convocatórias como colocar em prática, organizando-se, seus compromissos com o povo.

É inadmissível, para começar, que a tal conciliação do afilhado de Geisel seja a troca de fantasias como está sendo a substituição do Ato 5 pelas chamadas salvaguardas, pela Lei de (in) Segurança Nacional ou pela manutenção da Lei Falção. A lei antigreve, o pacote de abril e o mais recente anúncio casuístico: a prorrogação dos mandatos municipais.

Falar em conciliação sem mudar a estrutura do poder do regime é piada. E não será o ex-chefe do Serviço Nacional de Informações quem vai fazê-lo. Ele, pelo contrário, é mais do que nunca o novo convocado à tarefa de adiar a conquista do verdadeiro Estado de Direito democrático, mas desta vez usando táticas de modalidades diferentes: está simplesmente minando a luta oposicionista utilizando-se de linguagem paternalista de quem toma a si a responsabilidade de catalisar as esperanças. Mas, quem acredita em J.B. Figueiredo?

As respostas a esse senhor carrancudo que prefere cheiro de cavalo são muito simples:

1) o caminho para a verdadeira democracia começa com a anistia ampla e total e isso não será dádiva dos detentores do poder.

2) a solução para a mudança das estruturas políticas do regime que aí está e para a criação de um Estado brasileiro onde o povo seja voz ativa e não mero espectador é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, com a participação de todas as correntes de pensamento, ainda que organizadas ou não em partidos políticos, mas representando todos os setores da Nação.

Aliás, a questão dos partidos, como está sendo colocada pelo regime, levanta suspeitas ainda maiores. Não estaria o engodo prevendo a convocação de uma «Constituinte» da qual participariam apenas aqueles partidos de proventura destinados a dar-lhe sustentação a médio prazo e no futuro? Não seria a

«Constituinte à Figueiredo», saída do Congresso Nacional cheio de bionicos e com boa parte propensa ao adesismo ou embriagada com as propostas de reformulação partidária como a de Gorbary?

Está claro, como disse recentemente o presidente da OAB, Raimundo Faoro, que a «conciliação» de Figueiredo é um arranjo de cúpula destinado a desestabilizar a Oposição e alijar o povo das áreas de decisão. Uma manobra para ganhar tempo, serenar os ânimos e tapar o sol com a peneira, ou melhor, com os números confeccionados pelo coronel Ludwig para «explicar» a vitória da Arena nas últimas eleições. Em suma, um convite à capitulação.

Até agora, pelo menos, os homens do MDB não invertem a ordem de prioridades. A pressão das urnas foi muito grande, em todos os sentidos. E a pressão do povo, que se organiza a cada dia que passa, será maior ainda. O que se deduz desta situação é que a responsabilidade da Oposição como movimento congregador de várias tendências, até agora, será fatal daqui para a frente. Em várias oportunidades, nos últimos dois anos, o MDB foi superado pelos acontecimentos populares e teve que avançar. No entanto, a campanha da Constituinte, em 1977/78, foi esvaziada, entre outras coisas, pela candidatura militar à presidência que, embora defendesse a mesma tese, apenas adiou, deixando espaços abertos para o regime. O mesmo ocorreu com a anistia, mais defendida pelas oposições extraparlamentares que no Congresso, com poucas exceções.

A propósito da chamada conciliação, o deputado Freitas Nobre, tido como futuro líder da bancada oposicionista na Câmara Federal, afirmou em São Sebastião que «se há alguém no partido interessado em comover-se com os encantos do poder pode retirar-se que não fará falta». Esta posição, aliás, foi formalizada no documento político do encontro, que reuniu os dois senadores e a maioria dos deputados federais e estaduais do partido eleitos em São Paulo:

«Cabe a Oposição manter-se coesa e firme na disposição de intervir nas decisões sob seu controle no âmbito legislativo, para assegurar que a vontade popular seja respeitada, punindo, até com a pena de expulsão dos quadros do MDB, aqueles que eventualmente desrespeitarem as decisões partidárias», diz o documento.

A presença dos novos no partido e a atuação dos autênticos é cada vez mais determinante. Setores que estavam marginalizados do processo político-partidário estão agora representados — e com expressiva votação. Os moderados, que são obrigados a avançar mais do que o habitual, e os adesistas e fisiológicos estão acuados, embora ainda representem a massa de manobra e o fator divisionista. Estes, provavelmente, estão interessados em comover-se com os encantos do Poder, como disse Freitas.

Ainda sobre o exemplo de São Sebastião, destaca-se a decisão emedebista em atuar conjuntamente com os sindicatos dos trabalhadores, tendo sido apresentadas propostas concretas neste sentido. Uma ação conjunta, envolvendo naturalmente os mesmos objetivos políticos, seria a melhor resposta

Feliz natal,
 conciliação
 nacional!

Nelson Freixo 78



Já não se faz mais natal como antigamente. O Papai Noel que o regime militar preparou para a ceia este ano começou na véspera, igual peru, quando o general Figueiredo estendeu a mão... para desembrolhar os "pacotes" de 79. Um presentão de grego. Quem vai de conciliação nacional? Entrevistamos vários líderes sindicais e estudantes de oposição e ninguém está disposto a carregar o saco de Figueiredo assim sem mais nem menos.

Assembléia Constituinte é o que todos exigem. Em tempo:

a oposição não deseja um feliz natal para o regime militar muito menos boas festas e feliz ano novo.

David Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de S. P.

Na Constituinte, todo mundo tem que ter representação; até mesmo o Figueiredo.

Creio que é errôneo colocar as coisas nos termos Constituição versus conciliação. Em primeiro lugar, deve ficar claro que lutamos por uma Constituinte que não reflita o ponto de vista governamental. Uma Constituinte não deve ser com Geisel, Figueiredo etc. E longe de haver antagonismo, a Constituinte é a própria conciliação, na medida em que representará os anseios de todas as camadas populares, na medida em que tem que se começar do zero, em substituição a tudo que aí está. Todo mundo, inclusive, tem que ter representação, mesmo o Figueiredo. E para ser representativa tem que se ouvir as amplas faixas do movimento sindical.

A transformação do atual Congresso em Constituinte seria um passo até certo ponto positivo. O que poderia fazer um Congresso que se transformasse em Constituinte? Poderia aperfeiçoar o que se iniciou a 15 de novembro, quando da vitória oposicionista. Se poderia ampliar a representatividade do novo Congresso ouvindo os mais diver-

sos da população, auscultando as suas reivindicações e não existe nenhuma contradição entre isto e o que falei da Constituinte. Uma coisa é pensarmos em termos ideais e a outra é partir do que temos na realidade, ou seja, queramos ou não, um Congresso bem mais representativo do que o anterior, em função da eleição de grande número de parlamentares identificados com os setores populares. Repito, neste caso, que ainda não é o ideal, aumentaria a necessidade de se buscar o apoio e a opinião de todas as camadas sindicais, até aqui alijadas do processo político.

No que diz respeito à Constituinte propriamente dita, ela deve pressupor a abolição de toda a legislação excepcional, a anistia, a liberdade partidária, etc, pois representa uma verdadeira retomada de posições em todos os setores da vida nacional. Deve, também, contemplar uma total mudança na estrutura sindical vigente, que não pode mais prosseguir como está. Devemos evitar que ocorra novamente o que aconteceu em 1946, quando da redemocratização: A Assembléia Nacional Constituinte não tocou na estrutura sindical herdada do getulismo, que permaneceu a mesma. Creio que isso ocorreu porque os trabalhadores e o movimento sindical não contavam com um número mais significativo de constituintes comprometidos com seus interesses. E é isso o que deve ocorrer numa Constituinte que se venha a convocar, ou seja, os trabalhadores têm que ter expressado o seu verdadeiro peso quantitativo e qualitativo. Do contrário, de nada serviria, pois não adianta se convocar uma Constituinte por se convocar, se ela não representa a introdução de profundas alterações na vida política do País.



Agrimeron Cavalcanti da Costa, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo

Trabalhador só entende a Constituinte se ela estiver ligada a suas reivindicações.

O Sindicato dos médicos não tem um posicionamento oficial, portanto o que falo é em nome pessoal. É lógico que o meu posicionamento é pessoal, mas sinto que a maioria dos colegas são, como eu, favoráveis à Constituinte. Uma questão que temos discutido é o da liberdade sindical e da transformação da estrutura sindical brasileira, e isso só será possível com a instalação de uma constituinte; por outro lado eu entendo que a proposta de conciliação só pode ser efetivada através da anistia e da constituinte.

Penso pois, que precisamos aprimorar a campanha pela constituinte e para tanto é fundamental juntar duas questões, de um lado sensibilizar a população para esta bandeira e, de outro, as reivindicações mais imediatas da classe trabalhadora.

O Congresso hoje, não é de todo representativo em função do Pacote de Abril, por isso, creio que a Constituinte deve ser precedida pela Anistia para que todas as forças vivas da Nação, participem do processo político e, conseqüentemente da Assembléia Constituinte. Esta proposta tem que estar ligada às reivindicações dos trabalhadores e deve abrir um espaço para que eles possam tornar mais efetiva a sua luta econômica e salarial.

Penso pois, que precisamos aprimorar a campanha pela constituinte e para tanto é fundamental juntar duas questões, de um lado sensibilizar a população para esta bandeira e, de outro, as reivindicações mais imediatas da classe trabalhadora.

Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de P. Alegre

Na Espanha foi o Rei; aqui pode ser Figueiredo. Depende das condições.

A conciliação nacional só será possível com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana que tenha como objetivo, o reordenamento da base econômica, jurídica, social e política da sociedade brasileira em termos democráticos.

Ela deverá ser precedida de anistia e liberdades democráticas que propiciem a todos os segmentos sociais e correntes ideológicas, participação efetiva no projeto de sociedade politicamente democrática e socialmente justa, requerida pela Nação.

O Congresso Nacional seria o responsável pela convocação, mas no caso de uma constituinte com Figueiredo, sendo os constituintes livremente eleitos pelo povo, os setores populares devem buscar a efetiva participação. Na Espanha, o fato da Constituinte ter sido convocada pelo rei e se realizar com ele, não impediu a participação dos setores populares.

A campanha pela frente de redemocratização, no nosso entendimento, pre-

judicou em muito a popularização da constituinte. Mais recentemente, a discussão sobre a reorganização partidária jogou novamente a questão da constituinte, erradamente, para segundo plano.



Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

Plena democracia implica na participação de todos os trabalhadores.

A proposta de conciliação é uma questão relativa na medida em que desconhecemos quais são suas reais intenções. Na próxima legislatura, quando todos os deputados autênticos que foram eleitos nesta, última eleição tiverem tomado posse, é que se poderá ter uma idéia mais concreta do que pretende Figueiredo. E se no bojo dessa proposta vier a Constituinte, queremos que ele dê, quando houver, plena democracia, plena organização. Gostaríamos também que a nova Constituinte refletisse o direito dos trabalhadores se organizarem sem a prévia autorização do governo. Nesta linha é que eu entendo que ela realmente traga uma verdadeira abertura democrática. Plena democracia implica na participação de todos os trabalhadores, inclusive, a participação dos banidos e cassados.

Acho que a Constituição deveria ser elaborada por um grupo de brasileiros independentemente de cargos políticos e eletivos, capaz de abranger o intelectual, as diversas classes sociais: trabalhadores, estudantes etc... Só desse modo é que teríamos uma Constituição capaz de expressar o verdadeiro sentimento popular.

Hugo Peres, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo e diretor do DIEESE

Mexer na estrutura sindical é tabu. Ela não é pré-requisito e nem termina com a Constituinte. Vai muito além dela.

Uma Constituinte não significa que vá haver conciliação entre os diversos setores sociais. Tem o mérito de efetivamente iniciar o processo de abertura política. Nem sequer legitimaria o próprio governo. Apenas, caso se estabeleça a Constituinte que o povo quer, o governo, norteando-se por essa nova Constituição dela emanada, começaria a se legitimar. Essa legitimação terminaria se efetivando quando a Constituinte fosse aplicada «in totum».

Por outro lado, sou contrário à transformação do próximo Congresso em Constituinte. Se isso for feito, mais uma vez será preterida a vontade do povo. Porque, grande parte dos deputados e senadores agiriam como se estivessem numa Assembléia comum, sujeitos às pressões e conchavos. Eles não foram eleitos para constituir, uma Constituinte tem que ter uma eleição e específica. Ademais, ela não poderia ser feita apenas com a vigência do atual quadro partidário. Deve contar com a existência de vários partidos que representem a todas as correntes ideológicas com alguma significação.

Para que se convoque uma Constituinte, acho necessário um pré-requisito essencial: total e absoluta independência do Poder Legislativo. Que a Constituinte seja uma Casa legítima não submetida às pressões de outro poder. Outros pré-requisitos indispensáveis são a anistia ampla e a liberdade partidária. Quanto à nova estrutura sindical, creio que deveremos lutar por ela dentro da própria Constituinte, pois acho que será mais fácil

No meu campo específico eu gostaria de ver refletidos nesta Constituição a possibilidade efetiva da livre organização dos trabalhadores; a contratação coletiva de trabalho; a livre negociação para o estabelecimento de salários mais justos e melhores condições de trabalho; garantia de trabalho; direito de greve; garantia da participação dos trabalhadores na política partidária. Gostaria que fossem extintas as contribuições compulsórias ao sindicato. Exatidão da obrigatoriedade do trabalhador participar das eleições sindicais.

Antigamente existia uma comissão tripartite composta de trabalhadores, empregadores e sindicato, para resolver as questões dos trabalhadores. Gostariamos que isso fosse restabelecido em todos os órgãos públicos do governo, através da formação de comissões partidárias, capazes de permitir que os interesses dos trabalhadores fossem dirigidos por eles mesmos. Que fosse permitida a formação de um fundo de greve e que houvesse participação dos trabalhadores nas articulações que visem a implantação de multinacionais no País.

Zé Pedro, da Oposição Metalúrgica de Osasco

Governo quer é amarrar a oposição

Conciliar com o governo hoje, é um troço meio esquisito. O governo fala em conciliar, mas conciliar quer dizer negociação. As forças de oposição estão aí a pedir liberdade, anistia, fim do regime repressivo, devolução dos poderes ao Parlamento, liberdade sindical etc. Como a gente vai fazer conciliação se estamos amarrados? Portanto, o que o governo quer não é conciliação, mas sim amarrar a oposição para que ela não venha a ser uma alternativa para o povo conquistar a democracia.

Quanto a Constituinte, ela deve ser vinculada à queda da ditadura. Pois Constituinte por Constituinte, só não vai resolver os problemas do povo. A história das Constituintes mostra isto. Portanto, sou favorável a uma Constituinte popular, democrática e soberana. Desta forma como eu penso, acho que hoje não há condições imediatas de conseguí-la. As forças populares não contam ainda com condições para impo-

rem tais características. Ainda nem temos liberdade sindical. Se vemos a maioria hoje no Parlamento, quem são eles, podemos concluir que uma constituinte imediatamente não traria benefícios para os trabalhadores. Portanto, a Constituinte não é coisa de momento, é para o médio ou longo prazo. E lhe deve ter como pré-requisito, anistia, fim do regime de arbítrio, liberdade sindical. A maioria dos sindicatos hoje, compactuam com a ditadura. Temos que avançar na derrubada dos pelegos. Só quando tivermos força conquistada pela pressão das bases é que poderemos colocar a questão de quem convocará a Constituinte.

Acho que a pouca repercussão se deve ao fato dela ter sido lançada apenas como propaganda. No bojo do movimento popular ainda é débil para encampá-la. A campanha não vingou por falta de bases, por uma correlação de forças ainda insuficiente.

DCE da UFMG, gestão Centelha

Março, a ditadura faz 15 anos. Um Dia Nacional de Luta pela Constituinte.

A Constituinte só será conquistada como fruto de um amplo processo de lutas. E para sua conquista é básico que todo o crescimento político da oposição brasileira tenha uma expressão organizativa que rompa com a sua dispersão e ausência de unidade na ação. E nesse caso este instrumento inexistiu: O MDB assumiu a Constituinte para depois sumir com a sua bandeira.

A inexistência deste instrumento é também um dos determinantes do que talvez seja a maior falha da luta pela Constituinte: a não vinculação dela com as lutas que se desenvolvem em todo o País. Estas lutas já vão chegando, de um modo embrionário, os pilares da própria dominação capitalista: lutas salariais, formação de Comissões de Fábricas etc.

Para o movimento estudantil, 1979 será o ano de reconstrução da UNE e achamos que haverá condições para construirmos um amplo movimento, em todo o País, ao lado dos trabalhadores, intensificando a agitação da Constituinte. Achamos, inclusive, (esta será a proposta que deve ser discutida na

Comissão Nacional Pró-UNE), que em março, quando a ditadura comemora os seus 15 anos, devemos organizar um dia nacional de luta pela Constituinte.

A retomada dessa luta será, sem dúvida, intimamente associada à própria recuperação do movimento estudantil. Avançar na luta pela democratização da Universidade, por um ensino público e gratuito, pontos básicos do nosso programa, devem ser discutidos juntamente com a Constituinte.

Neste sentido, a maior conseqüência à luta anti-ditatorial pode ser conseguida — em torno de um programa que cheque a exploração — com a articulação e consolidação de um instrumento provisório que seja capaz de romper com a desigualdade dos vários setores, em luta contra a ditadura, bem como superar a dispersão destes. O movimento socialista, organizado independentemente, contribuiria em muito para que o papel do movimento estudantil melhor se definisse, deixando de tomar para si tarefas que são de todo o povo oprimido.

Fernando, ex-diretor do DCE—USP (gestão Refazendo)

Conciliação é retrocesso

A proposta de «conciliação nacional» está aparecendo num momento em que eleitoralmente a ditadura foi tremendamente derrotada, não só em termos numéricos, mas também em termos de avanço dos candidatos populares. No momento em que os movimentos populares tomam um peso maior, começam a se manifestar com mais força as reivindicações populares dentro da política nacional. Nesse momento aparecem os donos do poder falando em conciliação nacional. Uma ditadura apertada com séria crise onde as contradições de uma população oprimida durante anos começa aflorar com mais força, crescer e empurrar de vez, barranco abaixo, esse governo autoritário, de luta pelo seu fim. E mais ou menos previsível que apareçam propostas como estas.

Por outro lado, é contraditório falar em conciliação nacional numa ditadura que elabora uma Lei de Segurança Nacional como esta que aí está e com todo o aparato repressivo que continua intacto. A tendência do movimento popular, movimento que cada vez mais se empunha pelo fim da ditadura, é tomar força, crescer e empurrar de vez, barranco abaixo, esse governo autoritário. Uma proposta de conciliação nacional nesse momento é uma tentativa de desviar as forças oposicionistas conseqüentes do seu rumo.

Quanto à questão da Constituinte, dentro deste quadro de proposta de conciliação nacional, braços abertos e coisa assim, pode aparecer a proposta de transformação do Congresso atual em Constituinte. A mim não resta dúvidas de que o movimento popular, as forças oposicionistas devem repudiar esse tipo de proposta. Que a luta pela Constituinte e sua convocação seja conseqüência do fim do regime, seja conseqüência do avanço do povo brasileiro em termos de conquista de espaço político, de espaço de discussão, de participação, de organização própria em partidos, em sindicatos livres, seja realmente o fruto de toda uma conquista democrática da população onde vários segmentos da sociedade se organizam dentro da elaboração da lei.

A proposta de transformação do atual Congresso numa Constituinte tem um objetivo mais ou menos delineado: barrar este processo. A Constituinte é uma bandeira levantada já algum tempo e imposto ao próprio MDB e que durante muito tempo, mesmo na campanha eleitoral, foi bastante esquecida. No quadro da eleição deste Congresso, com Lei Falcão e outras restrições, transformá-lo em Constituinte seria reforçar a «conciliação», seria retroagir no que o povo conseguiu em suas lutas.

Décio Ferroni, da oposição do Sindicato dos Professores de S. P.

Só com PS, PC, sindicatos livres etc.

Creio que a proposta de conciliação está atraindo alguns setores mais atrasados do MDB, amortecendo o partido. Agora, eu tenho algumas dúvidas quanto à validade de se defender simplesmente a Constituinte, sem se colocar, antes, uma série de pressupostos, já que, para mim, ela deve vir no bojo de reivindicações. Acho que deve haver uma total reestruturação partidária, sem restrição ideológica alguma, com PS, PC e todos demais partidos. Não concordo com a transformação do Congresso em Constituinte. É uma farsa, não significa coisa nenhuma. Seria uma forma do governo manter sob

controle os setores populares. Como os sindicatos livres, pois não vejo como se conseguirá uma Constituinte ainda com Sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho. Por outro lado, é importante notar que a campanha pela Constituinte se esvaziou porque o MDB abandonou-a, preocupando-se com emendas constitucionais etc. Creio que uma forma de se retomar a luta, no momento em que os trabalhadores e setores médios estão mais organizados, é sensibilizar os autênticos do MDB, atraindo-os para a campanha pela Constituinte.

NÓS TAMBÉM FOMOS A CUBA

Ou (com licença) o buraco é mais embaixo

Eis aqui o relato de dez dias bem aproveitados em Cuba. Os autores — texto de ARANHA SPALDO, S. SILVA e B. FLORES; e fotos de MARIA das DORES — sentiram-se na obrigação de contribuir para o conhecimento e a discussão sobre a ilha onde se constrói o socialismo na América Latina, depois de terem lido a matéria publicada no EM TEMPO nº 29, classificada por eles como «oba, oba», ou seja, uma reportagem deslumbrada, parecendo feita por «macaca de auditório». Eles reconhecem que «Cuba é a maior», mas que há várias maneiras de gostar. A que escolheram é esta aqui: «levantando questões e identificando problemas».

Cuba, em janeiro, completa 20 anos de revolução.

— Te gusta Cuba?
— Mucho!
— Brasileiro? Ah! Maringhela... Nelson Ned...

E nos estávamos ali para passar pouquíssimo tempo, com vontade de ver tudo daquela Revolução que tanto marcou nosso início de adolescência. Chegamos um dia antes do XI Festival da Juventude e dos Estudantes, saímos um dia depois da festa de encerramento. Foram apenas dez dias numa Havana de dois milhões de habitantes, tomada por cerca de 30 mil estrangeiros, com um ritmo completamente fora de seu normal. Fizemos o possível: andamos pelas ruas, fomos a muitos CDRs (Comitês de Defesa da Revolução), aos poucos boteguins existentes, conversamos com as pessoas, vimos grupos de teatro, de música, dançamos e, principalmente, sentimos a alegria, a afetividade, a tranquilidade do povo. Mas sentimos também a austeridade do Partido, o formalismo das recepções oficiais, a falta de informação existente no Gramma e outros órgãos de imprensa, a ausência pública de qualquer posição que não seja a do onipresente Partido.

Dizer que o povo dança e é alegre não carrega nenhum juízo sociologizante, tipo «brasileiro e preguiçoso». Por uma série de razões culturais, o cubano é alegre, mas esta alegria — e isso é o que deve ser ressaltado aqui — tem sempre a característica especial de demonstrar sua satisfação para com o processo revolucionário, sua «contenteza» com a Revolução. E não é para menos. Afinal, ele derrotou a ditadura de Batista, vem resistindo a diversos ataques norte-americanos e conseguindo vitórias econômicas, sociais, políticas e culturais quase miraculosas. (*)

No topo de tudo, Fidel. Ele aparece (e ao que tudo indica é) como o grande condutor desse processo. Nele o povo deposita total confiança, quase veneração. No entanto, ao contrário de outros líderes comunistas, ao contrário dos «guais geniais dos povos» ou dos «grandes timoneiros», Fidel não assume a aura da infalibilidade. Ele

Devido à nossa curta permanência em Cuba, foi evidentemente difícil saber captar a forma como se dá a participação do povo no processo de decisão. Além disso, não podemos esquecer que a política do Partido vem sofrendo importantes mudanças. Basta lembrar que nos anos 60 Guevara, Mandel, Bettehein e Carlos Rafael Rodríguez debatiam publicamente o planejamento, gestão de empresas, estímulos materiais etc.; o ex-ministro da Indústria batia-se nas selvas bolivianas; a guerrilha campeava pela América Latina; o PC cubano colocava-se abertamente contra os PCs pro-soviéticos do Continente; e era com desajeitado malabarismo — bem pouco a vontade — que Fidel explicava a invasão da Tchecoslováquia pelos russos.

Mas o tempo foi passando. Veio o fracasso da safra dos 10 milhões de toneladas, foram se agudizando os problemas econômicos, Nelson Ned subiu no hit-paredê, deixando Maringhela pra trás. O apoio econômico externo tornou-se ainda mais vital. No plano internacional o que se via era o isolamento da Revolução na América Latina, a política contra-revolucionária da China, além de um boicote generalizado a Cuba. O cenário estava pronto. E, triunfalmente, entrava em cena a verdadeira protagonista da história a «Gloriosa União Soviética», no dizer atual do PC cubano.

O remédio e a bula

Nada é neutro. Junto com o remédio, claro, veio a bula; formação tecnocrata, disciplina, aumento da burocratização, hierarquização etc. Em cima, as máquinas, dinheiro, petróleo, armas e livros estão legados a uma concepção política e a um modelo: o modelo soviético. Claro que não «tal e qual». Há condicionantes históricos que não permitem isso. Há um espírito revolucionário ainda muito vivo no povo, no Partido e em Fidel, que não permitem que Cuba se burocratize da noite para o dia. Porém, se não se politiza a discussão sobre as medidas tomadas ou não se faz críticas sobre elas, tudo vai sendo dourado e engolido como revolucionário.

pontos mais conhecidos do público brasileiro. Baseado na premissa de que a destruição do molde colonizador e a universalização do conhecimento eram imediatamente necessárias, o governo cubano conseguiu — ao longo de 20 anos de Revolução — alterar radicalmente o quadro educacional do país, que era tão desolador quanto o que encontramos hoje na maioria dos países latino-americanos. O trabalho das Brigadas de Alfabetização transformou Cuba no país de menor índice de analfabetismo em toda a América Latina — 3,4%. A frequência escolar na faixa dos seis aos 12 anos subiu de 56% em 1959 para 96% em 1971. O número de escolas técnico-secundárias duplicou entre 1972-76.

A educação: verso e reverso.

O quadro estatístico desses resultados se assemelha ao ideal. No entanto, as dúvidas que tais resultados poderiam suscitar, dificilmente vêm à tona. Brilha tanto o verso da medalha que poucos se têm dado ao trabalho de espiar o reverso: o sucesso da construção e da colocação em funcionamento da estrutura institucional educacional e tão flagrante, que quase todos esquecem de se perguntar «qual o homem que ela forma?»

Como em toda a história cubana, o início dos anos 70 representou um ponto de inflexão também no campo da política educacional. Até aí o que houve foi um esforço nacional para erradicar o analfabetismo e fornecer a educação mínima de seis anos a todas as crianças em idade escolar. Em 1972 é adotado o Plano de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Educação, que propõe mudanças radicais na estrutura de ensino. A partir daí, linha condutora será a adequação da estrutura educacional às necessidades do planejamento econômico do país. No campo e na cidade cresce então enormemente o número de escolas secundárias, técnicas e vocacionais, que se baseiam na conjugação do estudo com o trabalho. Além disso, o Plano deu grande impulso quantitativo a estrutura de ensino superior e aumentou o período de estudo obrigatório mínimo de seis para 12 anos.

Níveis e vocações a parte, o Plano Educacional impôs uma verdadeira virada pedagógica em todo o sistema. Reforçando o caráter ideológico do ensino, o Plano diz querer atingir o fim único da educação socialista: «que cada homem ou mulher seja, conscientemente, fiel e dedicado construtor e defensor da nova sociedade que edifica». Mas, ironicamente, para melhor ensinar o que seria o verdadeiro socialismo aqueles que vinham construindo a única sociedade socialista da América Latina e dos Trópicos passou-se a importar os mais modernos métodos pedagógicos aqueles da União Soviética.

O crioulo e a pedagogia

Aqui chegamos a um ponto importante, se quisermos analisar um pouco mais profundamente os caminhos da Revolução. A ideologia implícita nesses métodos pedagógicos passa a jogar no cotidiano do crioulo cubano padrões de comportamento que lhe são totalmente estranhos. E, se não chega a vender a imagem de um Homem Novo que é loiro, alto, que mantém bem abotoado seu mantô de inverno e que sabe comer borsch sem fazer barulhinho com a boca, ela massacra uma grande parte de seus hábitos culturais pela destruição crônica de seus valores mais evidentes. Ao despir o cubano de pontos integrantes de suas raízes latinas, esses novos métodos — a ideologia contida neles — impedem-no de prosseguir no seu papel de criador. Nesse novo contexto o «fiel e decidido construtor e defensor da nova sociedade», o bom revolucionário, e aquele que recebe e reproduz (ainda que não assimile) os preceitos do novo modelo.

A estrutura educacional da Revolução cubana está a disposição de qualquer criança a partir dos 45 dias, com os Círculos Infantis. Lá num local espaçoso e antissépticamente cuidado, ela encontra livros, brinquedos, comida, roupa e professores especializados, mas, ao mesmo tempo, começa a ter pre-definido o espaço de sua criatividade e os valores de seu mundo. Melhor que qualquer análise, é o comentário de uma professora primária diante de nossa curiosidade sobre o universo infantil:

«— Aqui neste país, não se ensina mais as crianças histórias e melodias de montros de olhos azuis, cabelos vermelhos e orelhas grandes, que são amigos das crianças e que as leva para a escola. A elas se fala de um homem de fronte grande, olhos aveludados, nariz madrilenho, lábios rosados e queixo fino. Seu nome é Jose Marti».

Essa afirmação é útil para nos indicar o tom em que estão afinados os instrumentos do sistema nacional de educação para tocar a Nova Sinfonia da Educação Ideológica. O compasso, evidentemente, não é alegre. Uma rápida análise do primeiro livro de leituras das crianças cubanas, por exemplo, nos mostra que a «criança ideal» está sempre bem comportada, bem uniformizada, tem um grande respeito pelos mais velhos e ama, acima de todas as coisas, a seus martires revolucionários, cujas fotos estão invariavelmente expostas em qualquer estabelecimento de ensino, seja qual for o nível. E, apesar de ao longo de suas 241 páginas coloridas, tentar despertar nas crianças o carinho e a solidariedade as nações socialistas e, em especial a União Soviética (item considerado, pela Federação das Mulheres Cubanas, como uma das principais obrigações da família socialista, esta cartilha não chega a valorizar a solidariedade entre as crianças.

Mas que espaço restaria a solidariedade entre os filhos, se toda a estrutura educacional do país está calcada na competitividade? E preciso estar entre os melhores. Se eles chegaram a universidade. Aos demais resta o «orgulho» — exaustivamente ensinado, já a partir da cartilha — de ser parte integrante do processo revolucionário. Para esses o futuro também já está traçado. Serão dignos pelos que conseguiram se mostrar cidadãos mais bem comportados, com as regras do jogo melhor assimiladas, «verdadeiros revolucionários». Para se traçar um esboço de um dos objetivos da estrutura educacional cubana em seus 2 anos de estudo obrigatório, recorramos ao discurso feito por Fidel Castro em abril de 76, na passagem do 15º aniversário da União dos Pioneiros de Cuba (Instituição a que estão filiadas todas as crianças em idade escolar e que lembra bastante a União de Escoteiros), e o 14º aniversário da União dos Jovens Comunistas Fidel



(Ohar sacana e antifiofial)

nesta noite se refere a educação formal, especificamente:

«— Existem jovens estudantes (...) que não são capazes de pôr-se de pé ao ver passar o Reitor ou diretor, que tratam o professor como o vizinho que vêem todos os dias, que não têm a menor ideia de como se deve falar com os adultos, com os pais (...). E a nossa Revolução não se julgara somente pela quantidade de Literatura, Gramática, de Matemática, de Química e Biologia que saibam nossas crianças; será julgada, também, por essa educação formal que se saiba dar a elas».

«— (...) o que nos estamos chamando de educação formal e o que vai desde o hábito de vestir-se, de comer, de sentar-se, de ir-se de pé quando e necessário, porque esses são sentimentos de respeito que o socialismo não deve abolir jamais, e que não implica em nenhuma hierarquia».

A Revolução e a Mãe

Acontece que em Cuba o sol tropical bronzeia o formalismo. Afinal, rumba, suor e cerveja não combinam com regras. Neste discurso de Fidel, pode-se notar claramente a con-fusão sentimento/norma de respeito; e, mediado pelo seu latimismo, o povo cubano interioriza isto sentimentalizando as normas, sem normalizar os sentimentos. Então se vê o olhar sacana do menino da foto, ver que algumas horas antes esava uniformizado (pioneiro), penteado e em posição de sentido guardando uma estatua, debaixo do sol de 40 graus, sem mover sequer um músculo. Então se vê um crioulo de 70 anos, num bar, as quatro da tarde, bebendo coronilla (a cachaca local e afirmando emocionado que quem não ama a Revolução não ama a sua própria mãe). E então se vê um homem de 5 anos meter a mão num buiro para que a água acumulada da chuva que caía não «empanasse o brilho» do desfile inaugural do XI Festival. Ou um motorista que, impedido de entrar em uma determinada rua, diz à guarda de trânsito: «ta legal, eu obedeço, mas fique a companhia sabendo que vocês estão me prejudicando, estão atrapalhando o bom anda-



escotismo?

mento da Revolução». Ou o povão — crianças jovens, balzaques e velhos, todo mundo — dançando nos fins-de-semana nas praças, entrementando as rumbas e mambo com «Cuba, que linda es Cuba, quien la defiende la quiere más».

O Oficial e a opinião caseira

Nos papos de rua, pudemos sempre identificar claramente dois componentes diversos. De início, nota-se o repetitivo do discurso oficial. Mas o cubano nunca abre mão de acrescentar sua opinião caseira sobre o assunto. Não e incomum que ele te chame de lado e, em tom confidencial, fale de como foi imortane para a vitória da Revolução a atuação de algum membro de sua família, ou mesmo de algum de suas relações distantes. Seus comentários são sempre uma mescla de inocência, fe e otimismo revolucionários. Esses comentários indicam uma maneira de ser que até agora tem conseguido afogar o formalismo oficial. Um bom exemplo seria o da noite em que os CDRs homenagearam aos delegados estrangeiros ao Festival. Ao descer dos ônibus oficiais colocados a disposição, os delegados encontravam os membros dos Comitês bem conscientizados da sua posição de hostess, discurso em punho, palanque armado à espera do acontecimento. Mas, ao mesmo tempo, todos estavam trajados com as indiferecíveis roupas domingueiras, laquê e brilhantina nos cabelos, nos lábios o sorriso também indiferecível da satisfação que supera o formal. Em meio ao carnaval que se formava, o presidente do Comitê juntava ao discurso oficial — ao mesmo tempo em que olhava para a mesa farta, que, evidentemente, não era a de todos os dias — um «espero que vocês estejam gostando, porque... pôxa, deu a trabalhadeira...!»

Outro exemplo é o da mulher que, ao tentar nos explicar a delicada questão — muito controversa e de dois pontos nevrálgicos da Revolução — do fim do machismo cubano, disse: «— Machismo? Isso aqui não existe mais. Os homens estão nos integrando a sociedade.»

Essa afirmação, aliás, serve também para nos mostrar a maneira como a mulher cubana enfoca a questão de sua liberação. O problema é sempre colocado de uma maneira exterior, pois que liberação é entendida como o direito de trabalhar fora e de ter a «ajuda do marido» na hora de lavar os pratos. Sintomático desse tipo de visão e o orgulho geral pelas citações bibliográficas sobre a participação do «contingente feminino» na vitória da Revolução, onde lavar a roupa dos revolucionários ou servir comida nos acampamentos são facanhas altamente valorizadas. É inegável, contudo — e aí voltamos aos quadros estatísticos que a Revolução proporcionou a mulher cubana um notável avanço em termos de ampliação do seu universo cotidiano, pelo menos para «botar o nariz um pouco ais fora d casa». Senão vejamos: em 1959, trabalhavam 194 mil mulheres, a maioria delas em serviços domésticos ou outros tipos de subempregos, recebendo salários de fome. Hoje, trabalham 670 mil, nos diferentes setores da produção e de serviços, isto é, 24% do total de trabalhadores do país.

Planos para liberar a mulher

Mas nem mesmo a liberação da mulher cubana escapa a um minucioso planejamento. Aqui, a batuta fica sob a responsabilidade da Federação de Mulheres Cubanas, única Instituição com permissão para falar em nome da mulher e lutar oficialmente pelos seus direitos. E um direito «relativo», com lugar marcado. Segundo a lógica da Federação, quando de sua constituição, em 1960, «não existiam condições para impulsionar a incorporação maciça da mulher ao trabalho, pois a Revolução herdou mais de 700 mil homens sem empregos e 300 mil subempregados».

Se até mesmo para o trabalho — direito considerado fundamental em todo o processo de liberação feminina — a Federação insiste em dar prioridade ao «contingente masculino», imagine-se o buquê de delicadas e preciosas «joias» que nos ofereceu o pensamento feminino cubano oficial: «... cada federada, cada cubana, deve cumprir com plena consciência sua formosa e fundamental função de mãe: «... recordemos (...) também as camponesas que viajaram para Havana e, sem vacilações, prosseguiram seu caminho e iniciaram seu curso de Corte e Costura»: «Os jovens não devem iniciar suas relações sexuais até cumprir as seguintes condições: 1) haver chegado a maturidade, 2) haver concluído sua preparação técnico-profissional, 3) haver comprovado que se querem e se compreendem mutuamente, 4) haver tomado a decisão de permanecer juntos para sempre».

A existência da Federação como organismo único para assuntos femininos, não só legítima suas afirmações, como também sufoca o aparecimento de qualquer movimento paralelo. A FMC bem como todas as organizações de massa existentes em Cuba (Central dos Trabalhadores, União dos Pioneiros, Comitês de Defesa da Revolução), formam um todo que tem a função preciosa de colaborar com o governo na consecução de seus objetivos táticos e de «reforçar a consciência revolucionária da população».

Apesar de todas as críticas que a utilização excessiva dessas organizações como mensageiras das diretrizes provenientes do PCC poderia suscitar, seria inadmissível negar a importância dessa política na resolução de problemas básicos da sociedade cubana. Ao longo da Revolução, essas instituições representaram um fator preponderante para o resultado obtido com as campanhas de apelo popular, como foi o caso da economia de eletricidade, ou da necessidade de alfabetização, ou na luta pelo desenvolvimento na área da saúde.

Poguemos a Saúde como exemplo. Detectada (ou melhor, assumida) a causa social da maioria das doenças que assolavam o país, todo esse aparato foi posto em ação, visando a uma campanha de informação popular calcada na medicina preventiva. De nada adiantaria todo o trabalho de infra-estrutura (vacinação em massa, tratamento dos reservatórios e fontes de água etc), se cada cidadão não estivesse consciente da importância dos princípios básicos de higiene.

Ao trabalho de educação desenvolvido pelas organizações de massa, correspondia uma nova realidade, a da medicina social. Se — ping — os CDR diziam ser importante vacinar crianças e adultos, era porque — pong — havia vacinas suficientes para todos. Se — ping — a FMC insistia para que as grávidas visitassem o médico periodicamente, era porque — pong — toda uma estrutura médico-hospitalar estava sendo montada para atender a essa necessidade. O resultado parcial desse jogo (que continua, claro) pode ser resumido em três dados estatísticos: o índice de mortalidade passou de 60 por mil para 25 por mil; a expectativa de vida subiu de 55 para 71 anos; e o número de médicos e de um para cada 800 habitantes. Cabe ainda ressaltar que em Cuba se constrói hospitais com a mesma frequência com que no Brasil se constrói viadutos, elevados e arranha-céus.

Gostar, levantando problemas

Lá se vão três meses, esde nossa viagem. A complexidade da situação e o enorme carinho e admiração pelo povo e pela Revolução nos colocaram de «pe atrás» antes de escrever qualquer coisa. Pensamos que o mais importante seria aprofundar aspectos daquela estonteante realidade para poder compreendê-la melhor e contribuir mais radicalmente para a sua compreensão. Mas, desde que Em Tempo publica um artigo mostrando Cuba do ponto de vista algo simplista de uma incondicional «macaca de auditório» E A MAIOR, E A MAIOR —, nos sentimos na obrigação de pelo menos reunir dados e dar pistas que possibilitassem um entendimento mais sério daquele processo revolucionário.

Que Cuba e realmente A MAIOR, estamos todos de acordo. O problema é que existem diversas maneiras de gostas, e a nossa é levantando questões e identificando problemas. Claro que, mesmo tentando ser a mais aprofundada possível a nossa crítica está sujeita a limitação representada entre outras coisas — pelo distanciamento que a condição de estrangeiro nos impinge. De qualquer maneira, acreditamos que ela possa ser útil para exorcizar o simplismo e o apolojismo: acreditamos que ela possa ser útil para mostrar que, apesar dos avanços indiscutíveis que a Revolução vem obtendo, há uma forte tendência a «sovietação»: acreditamos, finalmente, que elapossa ser útil para provocar verdadeiras discussões.



A alegria não é sociologizante

erra sofre, faz autocrítica. E, sendo Fidel Castro a materialização corporea do Partido e da Revolução, seu comportamento permite a conformação de uma Trindade, que atrai a grande confiança das massas.

Dirigentes e dirigidos?

É inegável que o Partido tem uma política que visa a melhoria das condições de vida do povo e que conta com seu apoio. O que não é inegável é que esses sejam os dois únicos parâmetros a definir o critério de análise de uma revolução socialista. Há que verificar se o povo participa, conscientemente, das decisões políticas de fundo. E, caso a resposta seja negativa, há que se analisar se isto ainda não ocorreu (ou seja, se existe uma política do Partido buscando essa participação), ou se simplesmente nos deparamos com a manutenção de uma dicotomia dirigentes — eternamente interessados no bem-estar do povo — dirigidos — até agora satisfeitos com a dedicação de seus superiores. A constatação dessa segunda hipótese nos colocaria frente a uma situação com uma óbvia tendência a deterioração. Não se pode pensar na transformação revolucionária de uma sociedade sem que aqueles que são, objetivamente, os principais interessados (os produtores diretos) dela participem ativamente; discutindo, opinando, decidindo, se autotransformando nesse processo, deixando — enfim — de ser massa dirigida.

«Socialismo sem moral comunista não me interessa, lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo contra a alienação», disse Che Guevara. A nos cabe tentar perceber se a dinâmica da política se dá no sentido da conscientização, do estímulo a criatividade, ao rompimento com os preconceitos, da revolução das relações entre as pessoas ou se, ao contrário, o que tem maior peso são as formulas pre-estabelecidas, os tabus e a massificação.

A política cubana na Etiópia e um exemplo típico de tudo isto. Em nome do Internacionalismo Proletário, Cuba apoia, manda armas e soldados para lá e, mesmo não atacando diretamente os revolucionários eritreus, constitui uma retaguarda para o avanço das tropas do Mengistu. E o povo, com escassas possibilidades de informação e discussão, faz filas e luta para poder ir prá lá, praticar sua solidariedade revolucionária. Durante o Festival, a concorrida conferência de imprensa da delegação da juventude italiana para precisar sua posição sobre o conflito Etiópia-Eritreia, foi contemplada com silêncio sepulcral por parte do Gramma e de seus similares.

Cuidados com a discussão

Aliás, o setor de informações como um todo deixa muito a desejar. A imprensa e os meios de comunicação de massas (incluindo televisão a cores) obedecem a um controle férreo do Partido e primam pela repetição «ad nauseam» das diretrizes básicas a serem inculcadas na massa e por um estilo que é um verdadeiro reinado do adjetivo. A indústria de publicações apresenta um panorama similar; nas livrarias pode-se encontrar em abundância e a preço de banana, Marx Engels, Lenin, Guevara, tetos cubanos e dos países do Leste e não se pode encontrar Mao, Trotski, Rosa Luxemburgo etc (a não ser, casualmente, alguma exceção que confirma a regra). Mesmo não existindo um «Index Prohibitorum» das obras de autores caídos em desgraça aos olhos do PCC, há uma clara política de não publicar nada que possa contestar e discutir um pouco o pensamento oficial.

Entre informação e formação, o pulo não é muito grande. O sucesso evidente da Revolução cubana na área da educação é, talvez, um dos

CHINA

debate

As "quatro modernizações"

Será que a «Teoria dos Três Mundos» passará agora a ser conhecida como a «Teoria dos Dois Mundos e Meio», depois que os Estados Unidos anunciaram retamento das relações diplomáticas com a China a partir de 1º de janeiro? É possível.

É capaz de, aos olhos dos dirigentes chineses, a União Soviética ficar sozinha no posto de «primeiro mundo» como «inimigo principal dos povos» — o bastião do «hegemonismo» —, enquanto o imperialismo norte-americano, o outrora «tigre de papel», vá se reunir ao «Segundo Mundo» e ao conhecido «Terceiro».

No final da série de três matérias, em que José Carlos Avelino, de Paris, analisa as razões de fundo que impulsionam as atuais mudanças na China do pós-maísmo, temos um quadro concreto do significado das «quatro modernizações» — da indústria, da agricultura, da defesa e das ciências e técnicas.

Segundo o autor, o processo atual que se desenvolve na China não se desvia da transição ao socialismo. Avelino, contudo, deixa claro que as massas chinesas, mais cedo ou mais tarde, reorientarão os rumos do país.



Na indústria, hierarquia e disciplina.

1 A mais importante contribuição da Grande Revolução Cultural Proletária Chinesa talvez tenha sido a descoberta, na prática, de que a transformação socialista não se faz exclusivamente da tomada do poder pela vanguarda do proletariado, da estatização dos meios de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, então liberadas. A revolução cultural colocou para milhões de seres a necessidade do rompimento das relações de produção capitalistas ao nível da infra-estrutura, ao nível de cada local de trabalho. Outra contribuição semelhante é o avanço da consciência das massas e o combate às ideias burguesas desenvolvido no fogo do movimento de massas.

É característico de cada modo de produção a forma como a força de trabalho (capacidade física e intelectual de trabalho de um indivíduo) é colocada frente aos meios de produção. Por exemplo, no modo de produção capitalista os operários não são donos dos meios de produção e por isto têm de vender a sua força de trabalho: ao vendê-la colocam-se frente aos capitalistas, proprietários dos meios de produção. Mas as relações entre a força de trabalho e os meios de produção não se resumem à venda daquela e a posse destes. Como a burguesia é dona dos meios de produção e compra a força de trabalho do operariado, torna-se necessário que o sistema estabeleça uma série de outras correlações: hierarquia, divisão entre o trabalho de direção e o de execução, divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a especialização etc.

No modo de produção comunista, em lugar da associação forçada de homens dominados por uma força política que lhes é estranha temos sua livre associação. A livre associação dos produtores será possível quando o «produtor direto» for proprietário dos seus meios de existência e quando entre outras tantas transformações as correlações acima mencionadas forem superadas.

Da teoria à prática

A revolução cultural trouxe tudo isto do nível teórico e geral como até então tinha sido colocado ao nível concreto, ao nível político, ao nível de discussão e enfrentamento imediato. A gestão das empresas deixou de ser entendida como uma ciência universal e ganhou as suas reais dimensões: a gestão de empresas numa sociedade capitalista (onde o objetivo é o lucro, onde ela é baseada no conjunto das correlações deste sistema) nada tem a ver com a gestão de empresas numa sociedade de transição ao socialismo, onde o objetivo da produção deixa de ser a valorização do capital e passa a ser a satisfação das necessidades da classe operária e do povo. Essa nova gestão se baseia na dinâmica da superação das correlações existentes na sociedade capitalista como objetivo da criação da «livre associação dos produtores».

A luta pela superação destas correlações ou a revolucionarização das relações de produção alcançou o seu ponto mais elevado durante a revolução cultural. De lá para cá, com o esfriamento do movimento de massas, ela foi perdendo fôlego. A nova equipe dirigente insiste na observação da disciplina desde que chegou ao poder.

Situação hoje

E qual é a situação hoje? O Renmin Ribao, órgão do PCC, nos informa em editorial publicado no dia 12 de setembro de 1978: «A responsabilidade econômica da empresa é necessária para assegurar um desenvolvimento rápido da economia nacional. (...) As empresas que têm uma boa gestão e obtêm bons resultados devem beneficiar-se de mais incentivos materiais; no caso contrário, elas recebem menos incentivos materiais e arriscam, por vezes, ser pena-

lisadas. A partir de nossa experiência, é perfeitamente justo criar um vínculo entre os resultados econômicos de uma empresa e os incentivos ao seu pessoal, e, em particular de seus dirigentes» (a tradução do chinês para o francês é de Vent d'Est nº 11, 3º trimestre de 1978. Nós que sublinhamos).

Esta longa citação fala por si. Não é mais o interesse da comunidade que é colocado no comando da usina mas sim a rentabilidade; e com ela o estímulo material que por sua vez é diferenciado entre os operários e os dirigentes de cada fábrica. Isto reforça a hierarquia e a divisão entre o trabalho de direção e o trabalho de execução. A política não está no posto de comando. Enfim, não vamos repetir o que dissemos acima a respeito da relação entre o lucro e as correlações características do sistema capitalista. Note-se de passagem que a base para o restabelecimento dos estímulos materiais é a «nossa experiência».

As forças produtivas

Uma outra orientação maísta que foi relegada ao esquecimento é a correta relação entre a indústria pesada, a indústria leve e a agricultura. Esta relação foi totalmente modificada e a indústria pesada passa a ser a menina dos olhos da nova equipe. Mao sempre vinculou o desenvolvimento das forças produtivas à revolucionarização das relações de produção.

De fato, as forças produtivas se compõem de meios de produção e força de trabalho. Nós vimos que a forma como estes dois últimos elementos se relacionam é característica de cada modo de produção; daí podermos dizer que o desenvolvimento das forças produtivas está vinculado a cada modo de produção. O abandono da revolucionarização das relações de produção e a

colocação da produção no posto de comando leva à absolutização (à consideração exclusiva) do desenvolvimento das forças produtivas. Nesta linha de raciocínio podemos entender os projetos de complexos industriais gigantescos que a China está hoje interessada em levar adiante. Vejamos alguns exemplos.

O Japão vai investir 11 bilhões de dólares no campo petrolífero do golfo de Pohai. As companhias petrolíferas nipônicas terão a inteira responsabilidade da extração em uma zona de 20.000 km quadrados. Até mesmo os equipamentos e o pessoal da China serão supervisionados pelos japoneses. O ritmo anual da produção em 1980 deverá ser de 2 milhões de toneladas e deverá chegar a 30 milhões de toneladas em 1990. Outro acordo que o Japão concluiu com a China diz respeito à construção por um consórcio composto pelos cinco grandes da siderurgia nipônica de um dos maiores complexos siderúrgicos do mundo. O custo será de 2 bilhões de dólares e terá uma capacidade anual de 10 milhões de toneladas. Vários outros complexos siderúrgicos estão em construção ou modernização, o que levará a China a dobrar a sua produção de aço até 1985, que deverá atingir a cifra de 60 milhões de toneladas.

A Alemanha Ocidental, que segunda o Japão nas relações comerciais com a República Popular, tem uma importante participação na renovação da indústria siderúrgica e em setembro último assinou um contrato de mais de 4 bilhões de dólares para a modernização da indústria de carvão. É o maior contrato passado entre a China e um país da Europa Ocidental. Será financiado por créditos bancários privados. Enfim, o projeto de desenvolvimento da siderurgia chinesa está vinculado a um total de 120 grandes projetos envolvendo siderurgias, complexos de metais não-ferrosos, exploração de petróleo, vias férreas, portos, etc.

Ciências, técnicas e elites

2 A modernização da ciência e da técnica tem três frentes de ataque. A primeira, já abordamos, trata-se de importar tecnologia de ponta, equipamentos de melhor qualidade que tragam incorporadas em si, técnicas as mais avançadas; de posse deste material os chineses costumam melhorá-lo e passam a produzir lá mesmo; eles têm estabelecido também vários acordos de cooperação técnica e científica cujo primeiro foi assinado com a França em janeiro deste ano.

Uma segunda frente consiste em enviar milhares de estudantes para fazer cursos técnicos em aproximadamente 14 países do mundo. A partir deste pedido já se estabeleceram acordos com o Japão, França, Alemanha Federal, EUA e Iugoslávia. Até então os estudantes chineses saíam em pequeno número e para fazer curso de aperfeiçoamento de línguas. Observe-se a importância do papel ideológico deste intercâmbio cultural visto o entrelaçamento entre técnica, gestão e ideologia. Mais absurdo ainda (do ponto de vista da revolução cultural) é o fato de os chineses estarem interessados em fazer cursos de técnica de gestão nos países ocidentais.

A terceira frente de ataque é a reforma do ensino, a formação rápida de elites. Elite, pois não só a sua formação se faz na base de critérios puramente intelectuais como também não é mais necessária a reeducação dos intelectuais na produção.

A defesa, ao lado do Ocidente.

3 A modernização da defesa nacional atende a dois objetivos principais. O primeiro é o de se proteger do «cerco» a que a China acredita estar sendo submetida. Além das centenas de quilômetros de fronteira sino-soviética, vários países alinhados politicamente com a URSS, tais como Vietnã, Laos, Afeganistão e Mongólia, fazem fronteira com a China. Este objetivo tem como pano de fundo a rivalidade entre estes dois países: desde a ruptura, em 1960, os problemas entre eles não cessaram de aumentar.

Para completar este quadro internacional bélico a China fala insistentemente, e há muitos anos, na inevitabilidade da guerra entre as superpotências (URSS e EUA).

O segundo objetivo desta modernização, não menos importante, é o de atender às reivindicações corporativas dos militares, atendendo este necessário para consolidar o apoio deste setor chave do poder na China.

Esta modernização tem dois aspectos: o diplomático (conseguir uma nova ordenação nos acordos internacionais e importação de material bélico) e o aspecto doméstico: aumentar e adequar o seu equipamento bélico e superar a orientação maísta de basear a defesa no homem, nas milícias populares, passando a adotar o conceito de exército vermelho equipado de um armamento moderno e eficaz.

As pressões

A importação de armamento, além das características gerais que orientam atualmente o comércio chinês, é submetida a determinadas pressões. Por um lado, a China faz uma forte pressão sobre os países da OTAN para conseguir armamentos, condicionando a este aspecto o desenvolvimento das suas relações comerciais. Devido ao interesse dos diversos países em comercializar com a China esta pressão vem dando

resultados e vários países já aceitaram estabelecer este tipo de comércio (como por exemplo o Japão, a França, a Grã-Bretanha e EUA). Por outro lado, os países ocidentais até bem pouco tempo — sob pressão dos EUA — se recusavam a vender armas à China, país não capitalista. Os Estados Unidos utilizaram como forma de pressão o COCOM (organismo especial da OTAN que controla as vendas de materiais ditos «estratégicos» ao bloco comunista). Foi o COCOM que recentemente criticou o Japão por ter vendido à China equipamentos «ambíguos» (que podem ter utilidade civil ou bélica; o contrato de venda fala em equipamento civil mas a sua utilização pelo país comprador é militar). Depois da visita em maio último de Zbigniew Brzezinski, conselheiro do presidente Carter nas questões de segurança nacional, à China, a administração americana começou a dar uma nova inflexão à sua atitude, até que recentemente Cyrus Vance,

secretário de Estado americano, declarou em entrevista coletiva dada no dia 3 de novembro que a venda de armas à China é um problema a ser resolvido por cada país interessado. A mudança de atitude dos países da OTAN deve-se também ao fato de estarem convencidos de que a China é um aliado na luta contra a crescente influência soviética em todo o mundo (veja o relatório da comissão especial da União da Europa Ocidental, organismo encarregado da defesa europeia).

Mobilidade

Novos aviões de combate e de transporte, mísseis antitanques e antiaéreo e equipamentos eletrônicos, eis aí as principais importações com as quais a República Popular pretende modernizar a sua defesa (estas compras servem também de modelo para fabricação local).

Os dirigentes chineses não têm ilusões no entanto quanto a possibilidade de dotar a curto prazo as forças armadas, de cerca de 4 milhões de homens, de um equipamento equivalente ao dos soviéticos.

Com relação à reorganização interna das forças armadas busca-se um melhoramento da qualificação técnica e científica a nível dos comandos, um treinamento puramente militar para a familiarização com as novas técnicas de combate e um aumento da disciplina (a revolução cultural deixou maus hábitos na tropa...).

Para fazer frente às unidades soviéticas abundantemente guarnecidas de blindados e helicópteros o exército decidiu aumentar a sua mobilidade. Daí a importância de a China se aprimorar nas operações aeroterrestres combinadas. A modernização das forças armadas chinesas implica evidentemente a inserção da bomba atômica no seu sistema de defesa.

E agora, qual o papel da agricultura?

4 O plano decenal (1976-1985) aprovado na 5ª Assembleia Nacional Popular (fevereiro de 1978) prevê para 1985 uma produção anual de cereais de 400 milhões de toneladas. Em 1980, as principais operações da agricultura, da silvicultura, da criação de gado e da pesca estarão mecanizadas em 70 por cento.

«A agricultura é a base da economia nacional. Se ela não progride a um ritmo mais rápido que o do passado, a indústria e toda a economia nacional marcarão passo.» A modernização da agricultura visa a atender a esta situação de atrasamento.

Para se alcançar esta produção proposta pelo plano, os dirigentes desencadearam uma série de mecanismos financeiros, comerciais e de estímulos materiais aos camponeses, bem como resolveram mecanizar ao máximo o trabalho no campo. Este conjunto de medidas é a modernização da agricultura.

A participação direta do governo consiste em aumentar a proporção dos investimentos agrícolas em relação aos outros setores. A sua participação indireta (por intermédio de estímulos) é porém mais importante. Ela consiste em: 1) organizar vários gêneros de créditos especiais a longo prazo e com baixa taxa de juros; 2) elevar os juros da poupança no campo com o fim de estimular os depósitos; 3) canalizar esta poupança para a compra de equipamentos para o campo; 4) aumentar convenientemente os preços dos produtos agrícolas e reduzir o preço de venda dos produtos industriais necessários à agricultura; 5) dar uma ajuda financeira e material às indústrias locais criadas pelas comunas populares rurais e pelas brigadas de produção; 6) reduzir (ou

isentar) o imposto em grãos e comprar o excedente crescente de ano para ano (aumentando constantemente o preço de compra); 7) autorizar os membros da comuna a se consagrar «limitadamente» à cultura de parcelas reservadas a seu próprio uso bem como a uma produção auxiliar familiar e 8) autorizar um comércio legal por intermédio de feiras rurais.

Estes são os mecanismos que já foram postos em prática com o fim de acelerar o desenvolvimento agrícola. E todos eles conduzem à acumulação capitalista no campo por estarem vinculados a uma poupança privada.

O Renmin Ribao afirma que «é necessário reconhecer a realidade do sistema de propriedade coletiva dos camponeses, reconhecer que eles são os proprietários desta propriedade coletiva e que são eles que dominam os seus meios de produção, de sua força de trabalho e de seus produtos. Isto quer dizer que se deve reconhecer a autonomia da comuna popular, da brigada e em particular da equipe de produção, reconhecer que estes últimos organizam a sua produção e a sua gestão segundo seu próprio interesse, no quadro a planificação do Estado» (12 de setembro, citado pelo Monde, 15 de setembro).

O rumo que o Diário do Povo aponta é bem diferente do anterior: coletivização sempre maior, diluição crescente da noção de propriedade, estímulos ideológicos (luta pela superação do atraso e construção do socialismo).

As recentes medidas criam um ciclo vicioso onde a poupança privada é canalizada por intermédio de estímulos materiais que tendem por sua vez a aumentar a acumulação. Outra deformação que estas medidas levam é a criação de

diferenças regionais; estas diferenças tendem a crescer bastante pois as regiões, e as empresas, vão se especializar nos domínios onde elas estão melhor colocadas ou melhor dotadas. O conceito maísta de auto-suficiência de cada região é abandonado.

Além das diferenças regionais a atual política vai conduzir a diferenças importantes entre as brigadas e entre as equipes de produção. Na medida em que estas diferenças já estão se conformando o Partido busca uma justificativa ideológica para elas (1).

O aumento da renda dos camponeses (e a acumulação capitalista no campo) vai fortalecer esta base de apoio social da equipe dirigente. A outra face desta mesma questão é que sendo os camponeses a base social de sustentação dos atuais dirigentes, estes buscam aplicar uma política que lhes favoreça.

Em resumo podemos dizer que a modernização da agricultura tem duas implicações: a modernização do conjunto do país e o aumento da renda do camponês. O aumento da renda do camponês por sua vez tem outras duas implicações que são o aumento da capacidade de consumo deste setor da população e a canalização do excedente para a modernização do país e da agricultura.

(1) A revista «Literatura chinesa» publica no seu número de dezembro uma fábula: dois ramos voavam a velocidades diferentes quando um homem resolveu atá-los com um barbante para que voassem à mesma velocidade. Os ramos não se debateram, caíram no chão e morreram. Se eles tivessem livremente, com velocidades diferentes, conclui a fábula, todos os dois teriam chegado.

E os resultados: socialismo?

5 A esta altura devemos nos perguntar qual é o projeto político e social, qual é o projeto de sociedade dos atuais dirigentes. Não resta a menor sombra de dúvidas que não é o da Revolução Cultural. Esta já acabou. E o da também se foi o projeto de Mao de fazer várias revoluções culturais.

A própria conjuntura da sociedade chinesa já se demarca claramente do período anterior. A gigantesca energia do povo chinês não mais se canaliza para o movimento de massas. A atual conjuntura é marcada pela luta pela produção e pela denúncia do «bando dos quatro». A Revolução Cultural é chamada pelos órgãos oficiais de «ditadura fascista ideológica» e os mais destacados guardas vermelhos são «severamente punidos».

A cúpula chinesa olha com bons olhos a experiência autogestionária iugoslava. O intercâmbio cultural entre os dois países cresce e a presença de chineses em terras da Iugoslávia já é assunto corriqueiro. E muitas medidas já estão sendo tomadas na China no sentido de fortalecer a «economia coletiva socialista» em detrimento da «economia socialista de Estado», num movimento contrário ao anterior. Por exemplo, cada unidade produtiva (fábrica ou comuna) aumenta a sua autonomia e torna-se responsável por sua pró-

pria finança e administração; paralelamente o pessoal administrativo de cada empresa, até o grau de chefes de oficina, passa a ser eleito pelos operários. Por outro lado, como uma outra característica do atual modelo se nota um relativo privilégio do campo sobre a cidade.

Certezas

Uma coisa é certa porém, os chineses não adotarão qualquer modelo sem as necessárias modificações (modificações que podem inclusive tornar irreconhecível o modelo original). E os dados existentes são ainda insuficientes para se chegar a qualquer conclusão sobre que sociedade está sendo construída. O que não está sendo construído na China nos parece entretanto claro: o socialismo não é o desembocadouro da evolução das contradições que se desenvolvem hoje.

O povo chinês, com os acontecimentos inéditos de suas revoluções, se enriqueceu e contribuiu grandemente para aumentar o acervo histórico das massas. Hoje a transição socialista está bloqueada, mas o povo chinês sabrá se desvencilhar dos seus obstáculos. Qualquer que seja o modelo e a política adotados pelos atuais dirigentes, nada impedirá a luta do povo chinês pela construção do socialismo.

O NEGRO, OBJETO DE ESTUDO. ATÉ QUANDO?

Por que, mesmo depois da libertação das nações africanas do jugo do colonialismo

não houve diferença relevante na análise que a pesquisa universitária faz do negro brasileiro?

A comunhão entre a comunidade negra e a comunidade acadêmica permanece difícil.

O negro continua marginalizado quer como ser social, quer como elemento participante do seu próprio destino.

Clovis Moura

Este comentário sobre a realização do recente Seminário sobre Cultura Negra, patrocinado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pelo *Diário de Natal*, visa tentar situar novamente não apenas o nível em que se encontram os estudos sobre o Negro no Brasil, mas, a partir de um fato concreto, e sem entrar no julgamento do seu conteúdo, questionar a forma como esses estudos são elaborados e como eles refletem, ou deixam de refletir, a problemática — étnica, social, ideológica, cultural e política — do negro brasileiro. Situa-la não como imagem acadêmica, para material de estudo, porém como um componente marginalizado da dinâmica social do Brasil.

O que se questiona aqui não é saber-se se as ciências sociais acadêmicas estão ou não interessadas no problema do negro; mesmo porque o interesse acadêmico pelo assunto não é de hoje. Sem falarmos nos trabalhos pioneiros de Nina Rodrigues e Manuel Querino, existem, dando continuidade a esse interesse, os dois congressos afro-brasileiros, o primeiro realizado em Recife, em 1934 e o segundo, em Salvador, no ano de 1937. Esses congressos caracterizaram-se por uma visão paternalista ou científica do negro. Quem lê os trabalhos apresentados durante o seu transcurso se percebe de uma coisa: a incapacidade da ciência tradicional em focar o problema do negro no Brasil.

Democracia racial

A retomada desses estudos resurge com a fundação da Universidade de São Paulo e a realização de pesquisas sobre relações interétnicas no Brasil, encomendadas pela UNESCO e que, aqui foram realizadas por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Constatou-se o inverso do pretendido: o Brasil não era uma democracia racial, mas, pelo contrário, uma região na qual diversas formas de preconceito tinham função. O racismo — para nós o preconceito de cor é uma forma de racismo — estava presente no comportamento do brasileiro de forma acintosa e aberta, outras vezes ambígua, mas sempre atuando e deformando a personalidade das suas vítimas — no caso particular os negros — como deformando a personalidade do opressor.

Depois dessas pesquisas uma grande quantidade de livros e artigos sobre o negro foi escrita. Mas, uma pergunta ficava sem resposta: este caudal de trabalhos era criado objetivando a solução da situação social do negro brasileiro, ou tinha um horizonte paralelo e a sua eficiência era aquilatada pela maior ou menor quantidade de dados eruditos, capazes de, na órbita universitária, conceder títulos àqueles que pesquisavam o assunto? Haveria, portanto, a possibilidade des-

ses trabalhos terem nascido de uma praxis ou eram frutos de tipos de pesquisa inertes, para os quais o campo pesquisado deveria ser apenas objeto, cadáver de necrotério, sem nenhuma dinâmica interna que modificasse a realidade pesquisada?

Este dilema que estamos colocando justifica-se por várias razões. Queremos salientar apenas duas: a primeira é procurar saber porque, mesmo depois da libertação das nações africanas do jugo do colonialismo, não houve diferença de monta na análise do negro brasileiro no nível da pesquisa universitária; a segunda é colocar-se em debate a validade dos trabalhos universitários sobre o negro no que diz respeito aos interesses da comunidade negra e não da comunidade universitária.

Resultados práticos

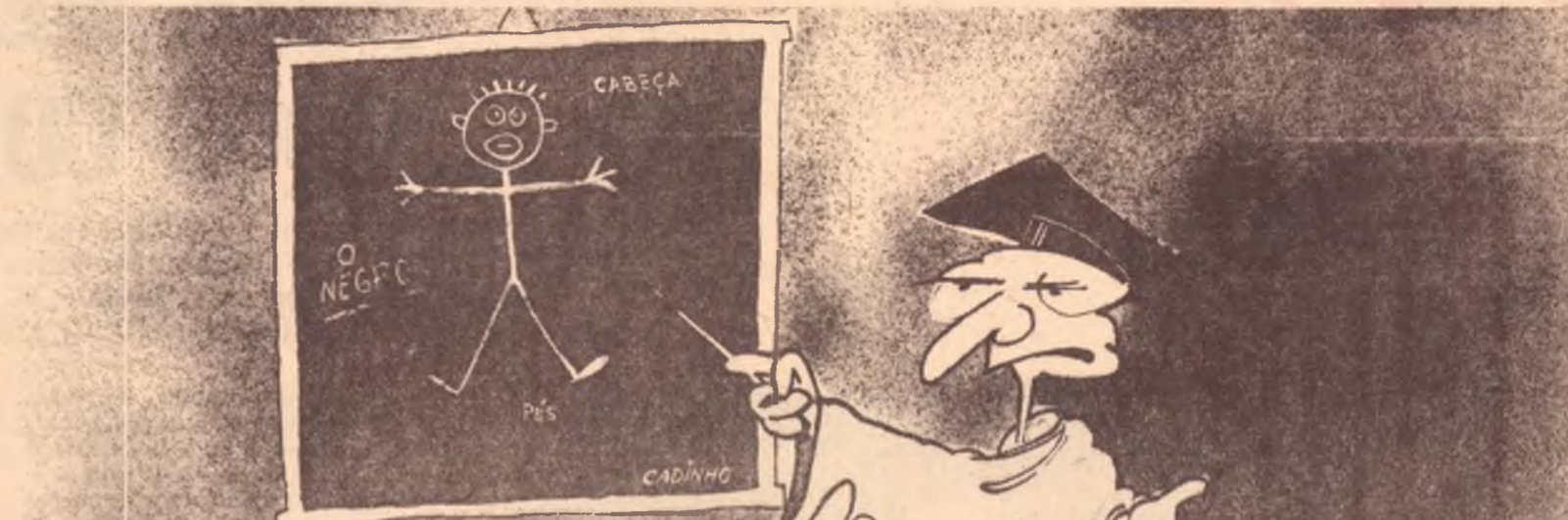
Tudo isto nos veio à mente durante a realização do Seminário E não academicamente. Pelo contrário. Procuramos respostas para o porquê daquele Seminário e o conteúdo das suas intervenções. Obviamente que os participantes eram, todos eles, de alto gabarito científico. E todos estavam interessados em dar a sua colaboração à análise do problema.

Todos tinham um padrão de análise do problema ao nível daquilo que poderíamos chamar de progressista.

No entanto, se fizermos um levantamento dos assuntos discutidos na Semana do Negro de Natal, e o que foi debatido nos dois congressos afro-brasileiros a que nos referimos, veremos que as coisas estão quase no mesmo lugar.

Os resultados práticos para a comunidade negra (não a comunidade universitária) nos parecem quase nulos. Um levantamento do que foi apresentado naqueles congressos afro-brasileiros e o temário do simpósio de Natal, mostram que quase nada mudou. O negro continua como objeto de estudo. No primeiro congresso de 1934 discutiu-se: «Aspectos da influência africana na formação do Brasil», de Rodrigues de Carvalho; «Musicalidade do Escravo Negro no Brasil», de Nair de Andrade; «Fizeram os Negros Teatro no Brasil?», de Samuel Campelo e outros.

No 2º Congresso de Salvador, a coisa se repete. Ademair Vidal fala sobre «Costumes e Práticas do Negro». Renato Mendonça aborda o tema «O Negro e a Cultura no Brasil». Donald Pierson apresenta um trabalho teórico intitulado «Um sistema de referência para o estudo dos contactos raciais e culturais». Artur Ramos fala sobre «Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil», além dos trabalhos etnográficos quase todos versando o problema religioso.



Houve reformulação?

De 1934 a 1978 medeiam quarenta e quatro anos. No seminário de Natal qual teria sido o conteúdo? Houve uma reformulação no sentido de se situar o negro de uma forma não exótica no conjunto da sociedade brasileira? Ou, pelo contrário, o conjunto de títulos e a perspectiva de abordagem mostram que, infelizmente, entre a comunidade negra e a comunidade universitária a comunhão é cada vez mais difícil? Vejamos a título de informação, mas ao mesmo tempo de diagnóstico ideológico, o que foi ali discutido. O primeiro painel foi sobre «O Negro e os Meios de Comunicação de Massas». Dele participaram João Batista Borges Pereira, Clovis Moura e Hamilton Fernandes Cardoso. O outro painel versava sobre «O Negro na Cultura Brasileira», com a participação de A. Mourão e Vivaldo da Costa Lima. Roberto Mota falou sobre «O Negro e a Sociedade — sistemas de conhecimento e Classificação». Teófilo de Queiroz Junior expôs o seu pensamento sobre «O Negro na Literatura e na arte (preconceito de cor)». O painel sobre «As tensões sociais no regime escravista» (significativamente) não foi realizado. Eduardo de Oliveira falou sobre «O Negro no folclore e na música brasileira». René Ribeiro proferiu a sua indefectível palestra sobre religiosidade do negro. Oracy Nogueira discorreu sobre «Raças e Classe Sociais no Brasil e Clovis Moura: «O Negro e a Historiografia brasileira».

Perguntamos agora: o que evoluiu, no sentido de uma praxis social do primeiro congresso à instalação desse Centro de Estudos Afro-brasileiros tantos anos depois? Nada. O negro continuou marginalizado quer como ser social, quer como elemento participante da discussão do seu próprio destino.

Não queremos dizer, com isto, que a fundação de um centro em Natal seja inócua. Não. Ele funcionará na medida em que a comunidade negra daquela área tomar conhecimento da sua existência e ficar sabendo que há possibilidades de uma reformulação da sua proposta acadêmica à medida em que os interessados na solução da problemática — O Negro — deixarem de ser objeto e assumirem criticamente o seu papel de agente ativo da história.

FESTIVAL NEGRO

A cidade de Araraquara assistiu ao primeiro Festival Comunitário Negro Zumbi organizado pela Feabesp Federação das Entidades Afro-brasileiras, ao qual compareceram perto de duas mil pessoas jovens, na sua maioria.

As modalidades culturais foram iniciadas com um espetáculo de dança «Repressão e Resistência» do Grupo Negro Experimental de dança, com músicas de Milton Nascimento e Eduardo Gudim, mostrando as diversas formas que a repressão assume nos centros urbanos, desde a visível e aberta perseguição policial, até a sutil, subjugação das culturas dominadas colocando-as na condição moral de «culturas inferiores». O espetáculo sugeria ainda que só a organização pode vencer a repressão». Longos aplausos recebidos e as discussões que se seguiram atestam que a repressão policial ainda está entre os temas que mais sensibilizam as massas negras em movimento.

A parte musical começou com o compositor Ogema, que traz uma notícia triste a dissolução do grupo Evolução. (Esse grupo, formado por Ogema, Lumumba e TC fez um trabalho que se poderia chamar de protesto negro na música popular brasileira. E embora não tivesse contado com os meios de divulgação de massa, já atingia um público interessado). Ogema, desta vez, se apresentava com um novo grupo, e de forma não menos brilhante.

— O compositor Lumumba apresentou-se

sozinho, mostrando que seu trabalho não se tornou menos belo nem menos radical. Vários grupos de formação mais recente, também se apresentaram, alguns empatando em qualidade com os antigos.

Durante o festival foi feito o lançamento do livro «Cadernos Negros» com poesias de Eduardo de Oliveira, Oswaldo Camargo e jovens poetas que estreavam naquela edição, em meio a declamações de poesias e debates com o público que, por convite dos poetas, iam a frente dizer coisas criadas naquele momento como forma de incentivar a liberdade de criação e expressão.

O compromisso com a liberdade esteve presente na maior parte das apresentações do FECON EZU. O ator mineiro Roberto Terezião apresentou o monólogo Navio Negro, uma adaptação do poema de Castro Alves, iniciando os espetáculos de cinema e teatro. O grupo Vissungu apresentou «O negro através dos tempos», que mostrava as lutas dos negros pela sua libertação, da escravidão até os nossos dias.

O grupo Conqada de São Carlos encerrou o festival com a peça épica Carapuça, interpretada com música. A apresentação do grupo FECON EZU deixou pelo menos uma pergunta no ar: os países africanos estão se libertando e nós brasileiros descendentes de africanos? — Como indagou um jovem atleta negro no encerramento do festival.

Wilson Prudente de São Paulo

Processo do MEP:

Condenados reafirmam ao povo serenidade e paixão desenfreada.

«A consciência popular não entra em férias. A batalha foi bonita e terá servido a todos nós para enraizar as nossas convicções e a confiança na força que surge de nossa unidade. Os punhos cerrados ficarão marcados em nossa memória e serão, amanhã mais do que hoje, um pesadelo para os ditadores e seus sequazes».

Em nossa luta, ao lado dos trabalhadores e do povo, teremos pela frente muitos obstáculos. Será preciso mais que tudo, serenidade e paixão desenfreada.

Serenidade para nunca perder oportunidade de dar um passo à frente; para unir e trazer à luta todos os nossos companheiros; para golpear a ditadura sem vacilações, em cada manifestação contra a exploração e a opressão.

Serenidade para conquistar em cada luta vitórias efetivas, liberdades reais para o povo oprimido, para não desanimar com as derrotas para ver claro, mesmo nos momentos mais difíceis.

Paixão desenfreada para ter a certeza de que a luta é justa e de que a história está do nosso lado e será escrita em nossas lutas; para odiar a ditadura reacionária dos patrões e para confiar sem meias medidas em nosso povo.

Paixão desenfreada para continuar a luta mesmo nas situações, adversas e para transformar os reverses em vitórias.

Vivemos momentos em que, por toda a parte, avançam as lutas populares nas fábricas, no campo, nas universidades, nos bairros pobres e nas associações profissionais. Despertam para a luta milhares de brasileiros. As mordidas serão arrancadas, vamos conquistando espaço para a nossa livre organização e manifestação e forjando a união, nas lutas e nas bases, dos trabalhadores e do povo.

Ainda nos resta muitas tarefas e temos pela frente muito o que caminhar. Se já podemos dizer que somos fortes, sabemos que isto tudo é apenas o começo e que podemos forjar uma força ainda maior, irresistível.

A história de nosso julgamento, em boa parte, é a história recente da luta contra as prisões políticas, e as torturas e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Esta luta cresceu e se ampliou. Com o Congresso, deu um passo decisivo em sua organização nacional; com a mobilização em torno do julgamentos, ocupou um novo espaço — o das Auditorias — e a solidariedade com os perseguidos políticos, tomou a iniciativa e foi às ruas, mostrando que estávamos certos de dizer que a consciência popular não entra em férias.

A batalha foi bonita e terá servido a todos nós para enraizar as nossas convicções e a confiança na força que surge de nossa unidade. Os punhos cerrados ficarão marcados em nossa memória e serão, amanhã mais do que hoje, um pesadelo para os ditadores e seus sequazes.

As condenações, mais que tudo, são provas de que os tribunais militares são instrumentos da repressão contra o nosso movimento e apenas legalizam a repressão dos órgãos policiais. Não virá liberdade sem luta e a democracia relativa continuará sendo ditadura sobre os trabalhadores e o povo. Os que defendem o direito do povo se organizar em seus partidos continuarão sendo levados aos cárceres.

A nossa condenação é, antes de

tudo uma condenação ao nosso movimento e à nossa mobilização.

Se ela existiu é porque ainda não fomos bastante fortes e mobilizados, menos do que seria possível e necessário. O caminho é o de continuar a luta e avançar a mobilização sem vacilações. Enganam-se os que pretendem conquistar vitórias sem lutas e sem a mobilização popular.

Ninguém pode desanimar nem descreter do movimento.

A luta continua! Até a Vitória! Abaixo a ditadura!

Ivan Valente
Franklin Dias Coelho
André Teixeira Moreira
Frederico José Falcão
Jorge José de Melo
Cláudio Roquete
Luiz Arnaldo Campos
Sidnei Llanza
Artur Obino Neto
Inácio Guaraci Souza Lemos
(Condenados no processo do Movimento de Emancipação do Proletariado, MEP)

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado. E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 70 toques por linha, dêem seus nomes e endereços completos.

MDB paulista - socialismo nele!

A proposta está sendo debatida — junto com outras como a publicada na edição nº 41 — no comitê do agora deputado Geraldo Siqueira Filho: é hora de formar uma tendência socialista no MDB regional. Para isso, a experiência gaúcha de formação de uma corrente semelhante deve ser estudada e assimilada.

Os autores do projeto rejeitam a hipótese de transformar MDB num partido popular, pois isso representará «uma tentativa de diluir o caráter combativo, anti-ditadura e socialista dos elementos mais avançados que participam ativamente das atividades parlamentares» Segue um resumo do texto:

Terminadas as eleições, apurados os resultados, festejada a vitória, torna-se necessário agora definir as diretrizes que irão orientar nossas atividades daqui para frente. Tomando como referência a grande votação obtida nas eleições pelos chamados candidatos populares, já começam a surgir propostas que consideram o MDB um partido popular ou, que se dispõem a transformar o MDB num partido popular, mediante a depuração de seus elementos adestados e um controle mais rígido da direção moderada do MDB.

Para tal, não faltam idéias de acordos, compromissos e frentes entre todos os emedebistas autênticos visando formar, dentro do MDB, um amplo bloco democrático e popular. A justificativa para tais propostas não é nova: é preciso alargar a frente de oposição ao regime e evitar um isolamento das tendências mais consequentes, de esquerda, no movimento oposicionista.

Acreditamos que estas colocações não são corretas. Se orientamos o sentido geral de nossas atividades e dedicamos nossos melhores esforços na defesa intransigente dos interesses imediatos e futuros dos trabalhadores, não há porque temer isolamentos, uma vez que nossos compromissos são com as lutas, mobilizações, formas de organização e perspectivas políticas da classe operária e do povo pobre.

Um MDB popular?

Como seria possível transformar o MDB num partido popular? Em primeiro lugar, suprimindo a atual legislação partidária, pois é uma grande asneira pretender que surja um verdadeiro partido popular legal sob a égide da Lei Orgânica dos Partidos, sancionada pela ditadura num de seus atos institucionais. O máximo que esta legislação permite é a transformação do MDB num partido de clientela popular, isto é, num partido que recebe a esmagadora maioria dos votos da população explorada e oprimida (por ser a única agremiação partidária legal) e comercia com esta votação popular nos corredores e gabinetes palacianos.

Em segundo lugar, transformar o MDB num partido popular impõe a substituição de seu programa liberal-

burguês por um programa que reflita as necessidades imediatas e os interesses políticos da população trabalhadora. Não basta depurar o MDB dos aproveitadores. Seria o mesmo que considerar que seu programa e sua direção liberal representam fielmente as necessidades e interesses dos trabalhadores e do povo, que as manobras que realizam, e os compromissos que estabelecem com os detentores do poder, se fazem em defesa ou exprimem os anseios dos explorados e oprimidos. Por fim, em terceiro lugar, um MDB popular deveria agir sob o controle de suas bases organizadas no seio do povo, e jamais o seu inverso.

Nesse sentido, qualquer proposição que se coloque hoje em defesa do fortalecimento do MDB, ainda que sob a capa da transformação do MDB num partido popular, representa uma tentativa de diluir o caráter combativo, anti-ditadura e socialista dos elementos mais avançados que participam ativamente das campanhas eleitorais e atividades parlamentares em nosso País, atualmente. Em vez de estes elementos tornarem a iniciativa de atrair para uma posição mais consequente os elementos mais vacilantes no combate ao regime, abdicam sem luta da tarefa de imprimir uma direção consequente à luta contra a ditadura na frente parlamentar.

Por outro lado, esta diluição dos socialistas no interior do MDB não contribui em nada para tornar mais vigoroso e consequente o combate ao regime. Poderíamos, no máximo, cobrar dos liberais que sejam efetivamente liberais, dos democratas que sejam efetivamente democratas, pedir-lhes que não vaciem e coisas do estilo.

A diferenciação das correntes políticas não enfraquece a luta contra a ditadura, mas sim, na medida em que permite vir à tona os interesses de classe de cada uma destas tendências, contribui para o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores (condição indispensável para tornar mais firme e implacável a luta contra o regime) e para a formação de um sólido bloco das classes e setores oprimidos sob hegemonia da classe operária,

sem o que não se pode nem pensar no fim do regime ditatorial e de tudo aquilo que ele representa.

Assimilar a experiência gaúcha

Sabemos perfeitamente que, na situação atual, é impossível a formação de um partido legal que represente com mais nitidez as necessidades e interesses dos trabalhadores. A reformulação partidária articulada pelos ideólogos do regime não oferece muita expectativa quanto a isto. No entanto, a experiência dos companheiros do Rio Grande do Sul demonstra que, mesmo no atual quadro partidário, é possível formar uma tendência socialista com programa e organização relativamente autônomos sob a sigla do MDB, tendência esta que é um passo concreto para a formação de um partido legal mais à esquerda que o MDB, na esteira da reformulação partidária e do crescimento das lutas de massa.

Esta experiência precisa ser estudada e assimilada em tudo aquilo de positivo que contém. Mais precisamente, na aglutinação e atuação mais aberta dos socialistas no quadro partidário existente.

Ora, a votação expressiva conseguida pelos candidatos mais comprometidos com as necessidades da população explorada e oprimida e, particularmente, a votação conseguida por nossos candidatos, indica claramente a necessidade de assumirmos uma postura mais avançada, que vá além do quadro partidário existente. É preciso romper com a camisa-de-força representada pela legislação partidária em todos os seus sentidos, desde o mais claramente arbitrário, que impede a atuação legal das tendências políticas de esquerda, até o que confina estas tendências numa agremiação sob hegemonia liberal. E se hoje não temos força para colocar por terra esta legislação repressiva, podemos perfeitamente avançar rumo à constituição de um agrupamento político legal, sob hegemonia socialista, que atue independentemente do MDB, ainda que sob sua sigla em razão das imposições da legislação partidária.

DEBATE

Em São Paulo, profissionais de saúde vão pedir cassação de registro de vários «colegas».

DOZE MÉDICOS ENVOLVIDOS COM TORTURAS

Eis os nomes dos acusados: Harry Shibata (já famoso pela participação no Caso Herzog), Arildo Viana, Marcos Almeida, Frederico L. Hoppe, José Carlos Pentead, Eliseu Caldas Correa, Orlando J. B. Brandão, Antonio Valentini, Abeylard Orsini, José Gonçalves Dias, Armando Kinjo e Isaac Abramovitch.



O Conselho Regional de Medicina de São Paulo receberá brevemente o pedido de cassação do registro de pelo menos 12 profissionais envolvidos direta ou indiretamente em práticas de tortura, entre eles o já famoso Harry Shibata, que assinou o laudo pericial do «suicídio» do jornalista Vladimir Herzog. Eis os outros nomes: Arildo Viana, Marcos Almeida, Frederico L. Hoppe, José Carlos Pentead, Eliseu Caldas Correa, Orlando J. B. Brandão, Antonio Valentini, Abeylard Orsini, José Gonçalves Dias, Armando Kinjo e Isaac Abramovitch.

A iniciativa da denúncia no CRM partiu dos quatrocentos participantes do ato público dos profissionais de saúde sobre ética e tortura, realizado no último dia 15, em São Paulo, promovido pelo Comitê Brasileiro de Anistia e seu núcleo para o setor de saúde.

O Núcleo dos Profissionais de Saúde apresentou um levantamento de laudos periciais do Instituto Médico Legal, que comprova o ocultamento de torturas a presos políticos, e que evidenciam os nomes dos médicos envolvidos em certas práticas.

Atos cruéis

Formado durante o recente Congresso Nacional pela Anistia, o núcleo tem por objetivos difundir a luta pela anistia ampla e irrestrita aos

presos e perseguidos políticos, nos meios das categorias de saúde; prestar assistência à saúde dos perseguidos políticos, brasileiros ou estrangeiros, bem como às suas famílias; denunciar à opinião pública os maus tratos que qualquer preso, venha a sofrer por parte dos órgãos policiais; e empenhar-se pelo retorno de todos os que, ligados ao campo de saúde, tenham sido afastados por atos de exceção.

De acordo com os membros do núcleo, a campanha pelo fim da tortura, é o meio que os profissionais da Saúde se ligam à luta pela Anistia denunciando «todos os atos desumanos, cruéis e degradantes cometidos contra a população em geral, pelos profissionais que têm o dever de preservar a vida».

A importância maior dessa iniciativa se evidencia, no momento em que em todo o país se avoluma a luta pela anistia porque a ele se soma o trabalho de médicos, sanitaristas, dentistas, psicólogos, enfermeiros, atendentes, entre outros, empenhados na tarefa de apontar publicamente todos aqueles que das mais diversas maneiras estão envolvidos nas torturas. Para sua concretização, o Núcleo está preparando um dossiê, com base nos laudos periciais e denúncias de familiares e de presos torturados, que será encaminhado ao Conselho Regional de Medicina. Com o trabalho de apenas uma semana, o Núcleo já reuniu evidências que incriminam não apenas os médi-

cos, mas também envolvem instituições como: Hospital das Clínicas, Hospital Geral do Exército, o Instituto Médico Legal, a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, usados não só para recuperar os presos torturados e acobertar as marcas deixadas pela repressão, mas servindo ainda para esconder os corpos dos que não resistiram. Este é o caso do jornalista Luis Eduardo da Rocha Merlino apresentado, durante o ato, sob a forma de documentos com o nome de Violência contra o Povo.

Nádegas raladas

Preso no dia 15 de julho de 1971, no apartamento de sua mãe, em Santos, por elementos que diziam ser do Exército, Merlino foi torturado e visto no dia 17 por um companheiro de presidio, que assim o descreveu: «retirado de sua cela por um enfermeiro, em precário estado de saúde. Não se sustentava mais em suas pernas. Tinha as nádegas como que raladas, todas em sangue. Com imensas dores nas pernas e estas já não lhe obedeciam». O jornalista Mário passou toda a noite sob tortura, inclusive pau-de-arara. Teve seu estado de saúde agravado e foi levado para o Hospital Geral do Exército, vindo a falecer 3 dias depois, segundo testemunho do PM Gabriel que na época servia neste Presídio. Entretanto, como acontece em todos os casos, a família recebeu o comunicado da morte de Merlino como, atropelamento por tentativa de suicídio na estrada BR 116. O atestado de óbito é datado de 19 de julho de 1971. Então a família começa a tão conhecida peregrinação. Procurando seu corpo no IML, negam que aí esteja. A família insiste. Os funcionários do IML continuam a negar a presença do corpo de Merlino neste Instituto. Um familiar burla a vigilância dos funcionários e descobre numa das gavetas o corpo de Merlino. Vão ao Diretor, Dr. Arnaldo Siqueira, que não tendo mais como negar e libera o corpo do morto torturado.

«Este é um dos exemplos de como o IML tem se tornado cúmplice, parte integrante do sistema repressivo, conivente com as torturas e com os torturados», segundo o documento do Posto de Saúde: todos aqueles que sofrem morte violenta são levados ao IML. Ai muitos corpos são escondidos, nomes fabricados, laudos falsificados.

Outro caso presenciado por médicos e enfermeiros, e denunciado durante o ato, é o de Luis Hirata, «que foi torturado, levado ao Hospital das Clínicas com insuficiência renal aguda, devido a traumatismo renal, falecendo na enfermaria de Nefrologia. No entanto, não há nenhum registro da passagem, pelo Hospital, de paciente com tal nome».

Participando da mesa que dirigiu o ato, o Dr. Sérgio Rosenberg, livre-docente do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São

Paulo, condenou a participação de profissionais de saúde em torturas, não só por que isso nega toda a formação desses profissionais, mas também por que contraria o próprio Código de

Ética Médica. Segundo ele, o CRM/SP já tomou atitudes concretas, através da Resolução 17/78 incorporando a «Declaração de Tóquio», na qual se define posição quanto a prática de torturas.

Declaração de Tóquio

Entre os documentos apoiados pelo ato público dos profissionais de saúde destaca-se a «Declaração de Tóquio», aprovada na 29ª Assembléia Médica Mundial, com oito recomendações.

Recentemente, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo divulgou nota oficial determinando a todos os médicos inscritos o fiel cumprimento das normas.

A seguir a transcrição da íntegra do documento:

NORMAS PARA MÉDICOS CONCERNENTES À TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PUNIÇÕES CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES, RELACIONADOS COM DETENÇÕES E ENCARCERAMENTO.

• É prerrogativa do médico exercer a medicina a serviço da humanidade, preservar e restaurar a saúde física e mental, sem distinção quanto a nenhuma pessoa em particular, aliviar e atender o sofrimento de seus pacientes. O máximo respeito pela vida humana deve ser mantido, mesmo sob ameaça, e nenhum conhecimento médico deve ser usado contrariamente aos princípios humanitários.

1 — O médico não deve favorecer, ser conivente com ou participar da prática de tortura, ou de outras formas de procedimentos cruéis, desumanos ou degradantes, em quaisquer situações, inclusive conflito armado ou guerra civil, seja qual for a infração pela qual a vítima submetida a tais procedimentos seja suspeita, acusada ou culpada, e sejam quais forem as crenças ou motivos da mesma.

2 — Para os fins dessa declaração, tortura é definida como imposição deliberada, sistemática ou arbitrária, de sofrimento físico ou mental por uma ou mais pessoas, agindo por conta própria ou sob as ordens de qualquer autoridade para forçar uma outra pessoa a fornecer informação, fazer uma confissão ou por qualquer outra razão.

3 — O médico não deve fornecer quaisquer meios, instrumentos, substâncias ou conhecimentos para facilitar a prática de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano

ou degradante, ou para diminuir a capacidade da vítima para resistir a tal tratamento.

4 — O médico não deve estar presente a qualquer procedimento durante o qual haja uso ou ameaça de uso de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante.

5 — O médico precisa ter completa independência clínica na decisão do tipo de assistência a uma pessoa pela qual é profissionalmente responsável.

6 — Quando o prisioneiro recusa alimentação e é considerado pelo médico como capaz de fazer um juízo perfeito e racional sobre as consequências de tal recusa voluntária de alimentação, não deve ser alimentado artificialmente. A decisão quanto a capacidade de um prisioneiro formar tal juízo deve ser confirmada por pelo menos mais um médico independente. As consequências da recusa de alimentação devem ser explicadas pelo médico ao prisioneiro.

7 — A Associação Médica Mundial apoiar-se e deverá encorajar a comunidade internacional, as associações médicas nacionais e a comunidade médica a apoiar o médico e sua família em face de risco de represálias resultantes de recusa em ser conivente com o uso de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante.

8 — O médico está moralmente obrigado, em todas as circunstâncias a mitigar o sofrimento de seu semelhante, e nenhum motivo, seja pessoal, coletivo ou político, deve prevalecer a este elevado propósito.

«O médico não deve favorecer, ser conivente com, ou participar da prática de tortura»

Cosme Vieira Lima

Preso, torturado e morto.

O MFA e CBA de Minas estão empenhados na luta para esclarecer as circunstâncias da morte de Cosme Vieira Lima, morto no dia 6 de dezembro, logo após ter sido preso e torturado na Delegacia de Furtos e Roubos em Belo Horizonte.

As circunstâncias de sua morte são bastante estranhas. De acordo com a Juiz de Menores, Dra. Maria Lucia Freitas, estas circunstâncias levam «a gente a pensar que a morte do menino deveria permanecer desconhecida».

No comando da ronda policial da delegacia de furtos e roubos em Belo Horizonte, na tarde de 6 de dezembro, ia o delegado José Ribeiro de Andrade da Divisão de Assaltos. Ele ia acompanhado dos subinspetores Nicodemo e Raimundo e dos detetives Tedra, Noé, Olivie e Urura, o oitavo homem era o comissário de menores Adilson Osório de Freitas. Rapidamente eles cercam e invadem o barracão de dois cômodos na avenida B, 1259, bairro Flora-mar, na periferia da cidade. Lá dentro são presos os irmãos Sebastião Lima, 16 anos, pedreiro e Cosme Vieira Lima, 14 anos. Também são presos: Paulo e Damaceno, amigos de Cosme. A noite Cosme morreu. Sebastião foi solto no dia 7.

«Ele chegou em casa todo debagado, com febre, a veia do pescoço inchada e azul, olho preto, a camisa ensanguentada, machucado, com os pés inchados. Puseram meu filho no pau de arara e na mangueira d'água pra afogar, contra Maria das Dores Fernandes Lima 42 anos, mãe de meninos Cosme e Sebastião.

Seis meninos estavam presos na Delegacia de Furtos e Roubos, eles viram o que aconteceu a Cosme Vieira Lima no interior da Delegacia no dia 6 de dezembro. Enviados para a Delegacia de menores neste mesmo dia lá eles esbarram com

a notícia da morte de Cosme. No dia seguinte, 7 de dezembro um menor que estava preso há 86 dias é liberado. Ele fala o que ouviu na cela da DI, contado pelos 6 meninos que vieram da Delegacia: «mataram um manupú, foram os homens da policia».

Fatos estranhos

Segundo a Juiz de Menores, Dra. Maria Lucia C. de Freitas, «há algo de podre por trás de tudo isso, minha convicção é que Cosme Vieira Lima foi morto na delegacia de Furtos e Roubos. Há três fatos que me levam a crer que assim tenha acontecido. 1) Cosme deu entrada no hospital pronto socorro na noite do dia 6 de dezembro, é de praxe o Hospital de Pronto Socorro oficializar fichas de entrada de pacientes.

No entanto, não existe ocorrência sobre o internamento de Cosme Vieira Lima, não se sabe se ele foi internado vivo ou morto. O laudo dá apenas o número e diz vítima não identificada, identidade desconhecida. A ocorrência do HPS omitiu a responsabilidade de quem o internou, não há ninguém que assinasse essa ocorrência. Ele leva a gente a pensar que a morte do menino deveria permanecer desconhecida. Esta é a primeira irregularidade. Tudo leva a crer que Cosme Vieira Lima já havia chegado morto ao HPS.



Cosme morto

Segundo fato, quando a policia fez a diligência até a casa do Cosme V. Lima ela achou, de última hora, um comissário de menor para acompanhá-lo. Ora, em primeiro lugar o Comissariado de Menores jamais envia um comissário acompanhando diligência, pois isto seria o mesmo ou legitimar ações ilegais cometidas contra menores. No caso, por que um comissário foi apanhado de última hora e por que acompanhou o comissário a diligência policial sem autorização dos juizes de menores?

Terceiro fato, a policia não informou que havia prendido Cosme V. Lima, tampouco morto, consultamos a Corregoria de Menores sem nada afirmarem. De lá nos disseram que não tinham essa informação e que enviásemos até lá os familiares do menino Cosme Vieira Lima. Eles foram até a Corregoria com um ofício de encaminhamento do Juizado de Menores e acompanhados por um comissário desse juizado. Só então fomos notificados da morte de Cosme Vieira Lima, isso foi no dia 13 de dezembro, uma semana pós a morte do menino. Sua mãe o identificou no Instituto Médico Legal. Neste instituto não havia nenhuma ficha sobre Cosme V. Lima. Todos estes fatos são muito estranhos».

Versão policial

O menor Cosme Vieira Lima foi violentamente espancado dentro de uma das celas da Delegacia de Furtos e Roubos, no dia 6 de dezembro, vindo a morrer vítima de fratura craniana e consequente hemorragia cerebral. No entanto, a policia comunicou, mais tarde, oficialmente, que Cosme havia sido morto, pelo major Eli Marques de Souza preso na mesma cela que Cosme. O me-

nino morto teria denunciado à policia o nome de Eli Marques de Souza e em razão disso este teria se vingado matando Cosme na cela da Delegacia de Furtos e Roubos.

Torturas

Assim conta Dona Maria das Dores Fernandes Lima, mãe de Cosme e Sebastião, a prisão de seus filhos. «Meu filho tinha chegado de viagem, no dia 6 a tarde, vinha de Santo Antônio, da casa de minha irmã acompanhado de um desconhecido. Aqui nunca chegou com nada. A mim perguntaram onde é que estavam a armas de fogo, eu disse a eles que não sou pistoleira e nem apoio meu filho num ato de pouca verdade. Eles mandaram meu filho encostar na parede, bateram nas costas do Cosme com chutes e corronha de espingarda. O Cosme falou pra mim, mãe tá doendo. Ai eu disse aos detetives, não batam no meu filho na minha vista que vou cair. O detetive deu um muro no ouvido do meu filho e continuou batendo nele, daí eles saíram da minha casa algemados e o detetive com Cosme, se eu não matar você eu mato seu irmão».

Sebastião, irmão mais velho de Cosme conse-

guiu ter melhor sorte que o irmão, podendo chegar até sua casa, apesar de muito espancado e torturado. Suas lembranças sobre a prisão são muito reveladoras do que ocorreu naquela noite do dia 6 de dezembro. «Me algemaram na minha casa, lá na delegacia de Furtos perguntaram se eu andava com Paulo, Cosme e Damaceno, falei que não e aí eles começaram a me bater dando pernadas, cacetadas na boca do estomago. Me bateram muito e o delegado falou que se eu não contasse era pra arrebanter meu pulmão com um soco. Ai me levaram lá pra dentro, me penduraram no pau-de-arara e puseram mangueira d'água no nariz, isto durou das 4 da tarde às 8 da noite. Do jeito que bateram em mim, bateram também no Cosme, aí separaram a gente. O espancamento durou o tempo todo. No dia seguinte fui solto. Eu ainda não sabia que meu irmão já estava morto».

(Sucursal de Minas)



A mãe de Cosme desmaiou no cemiterio

EM TEMPO!